

Ata n.º 12
da Assembleia Representativa da
Ordem dos Contabilistas Certificados

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu a Assembleia Representativa, doravante AR, da Ordem dos Contabilistas Certificados, doravante OCC, no auditório da representação do Porto da OCC, sito no Largo 1.º de dezembro, n.º 11, tendo a sessão funcionado em formato misto (presencial e videoconferência), com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia:

Tempo previsto: 50'

- | | |
|--|-----|
| 1. Tomada de posse de Representantes da Assembleia Representativa; | 5' |
| 2. Informação sobre presenças, faltas e representações à Assembleia; | 10' |
| 3. Informação sobre a presença da Sra. Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional e de elementos do apoio jurídico; | 5' |
| 4. Informações e pedidos de esclarecimento. | 30' |

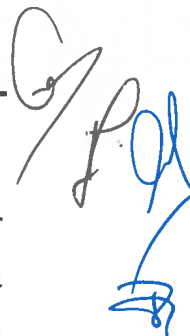
Ordem do Dia:

Tempo previsto: 260'

- | | |
|---|------|
| 1. Aprovação das Atas das reuniões de 09/07/2021 e de 17/12/2021; | 15' |
| 2. Discussão e votação do Relatório e Contas do exercício de 2021; | 60' |
| 3. Eleição da Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais; | 35' |
| 4. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2022; | 135' |
| 5. Leitura e votação da minuta da ata. | 15' |

O Sr. Presidente da Mesa da AR, doravante MAR, começou por cumprimentar todos os Srs. Representantes, a Sra. Bastonária, o Conselho Diretivo, o Conselho Jurisdicional e o Conselho Fiscal, informando que a sessão estava a ser gravada em áudio e vídeo, devendo os Srs. Representantes, quando do uso da palavra, identificar-se com nome, número de cédula profissional e o distrito que representam. -----

À semelhança do que tinha sucedido nas últimas assembleias, o Sr. Presidente da MAR apelou, novamente, ao cumprimento das orientações necessárias ao normal funcionamento da AR e ao respeito pelas regras de segurança que foram definidas, quer



do ponto de vista sanitário, quer do ponto de vista organizacional, pelo fato de a AR estar ainda a decorrer num contexto extraordinário, em virtude da emergência de saúde pública ocasionada pela Covid-19. Prosseguiu referindo que se mantinha o recurso ao sistema misto de participação, presencial e à distância, possibilidade suportada legalmente pelo artigo 5.º, n.º 1, da Lei n.º 1-A de 2020, de 19 de março. Mais adiantou que, conforme previsto no artigo 8.º do Regimento da AR *“as sessões realizam-se preferencialmente aos sábados, alternadamente nas instalações da Ordem, em Lisboa, e na representação da Ordem, no Porto”* e, no respeito por essa indicação foi, desta feita, possível agendar a reunião para o Porto, tendo em conta que, por um período largo de tempo, devido às restrições resultantes da situação de pandemia, as reuniões foram efetuadas em Lisboa. Prosseguiu o Sr. Presidente lembrando que, todos os Srs. Representantes foram contactados, inicialmente por e-mail e, posteriormente, por telefone, por forma a que pudessem confirmar a sua forma de participação na AR. Informou também que, a votação dos assuntos da ordem do dia seria realizada logo a seguir à apresentação e discussão de cada ponto. Comunicou, igualmente, que, para os que participavam telematicamente, estava a utilizar-se a plataforma de som e imagem “ZOOM” e que, para qualquer dúvida ou questão sobre a utilização e acesso à plataforma, deveria ser contactado o Sr. Luís Patuleia através do telefone 960237444 ou por e-mail para luis.patuleia@occ.pt. O Sr. Presidente da MAR solicitou ainda aos Srs. Representantes que participavam à distância para manterem as câmaras ligadas e ligarem os microfones só quando pretendessem usar da palavra, devendo indicar na plataforma “ZOOM” o seu nome e número de cédula profissional e que, para estes, as votações seriam realizadas através de um formulário disponibilizado, através de e-mail, no final da discussão de cada ponto da ordem do dia, podendo qualquer dúvida ser colocada no chat do “ZOOM”, para um auxílio mais célere. Caso algum dos Srs. Representantes a participar telematicamente, pretendesse apresentar algum requerimento ou alguma declaração de voto à Mesa, deveria remeter o respetivo documento para secretaria.mesa.ir@occ.pt e só poderia ser considerado se feito através do email institucional de cada um dos Srs. Representantes. Aludiu também que, a credenciação se tinha iniciado a partir das nove horas, seria obrigatório o uso de máscara durante toda a sessão, salvo quando no púlpito, no uso da palavra, se assim o entendessem. Apelou ao respeito pelas distâncias de segurança e circuitos de circulação que se encontravam marcados com a respetiva sinalética. Para os Srs. Representantes a participar presencialmente, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que, as declarações de voto e os



requerimentos deveriam ser entregues por escrito e em suporte de papel à mesa para, como habitualmente, serem anexas à ata da AR. Concluindo a introdução da sessão, apelou à cordialidade e à capacidade de síntese dos intervenientes. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da MAR informou que, naquele momento, se encontravam presentes em sala 71 (setenta e um) Representantes, sendo que 2 (dois) deles se encontravam, também, a representar outros Representantes e 7 (sete) através da plataforma e, considerando que iriam tomar posse três Representantes, perfazia o total de 84 (oitenta e quatro), significando a falta de apenas 1 (um) Representante, e assim estavam reunidas as condições para a sessão funcionar e validamente deliberar conforme o artigo 9.º do Regimento da AR. Informou também que, a ordem de trabalhos e documentos de suporte tinham sido enviados nos prazos previstos no artigo 8.º do Regimento da AR e que tinham sido disponibilizados no momento da credenciação todos os documentos que se anexaram à convocatória. Mais declarou que a assembleia tinha sido convocada nos termos conjugados do disposto nos artigos 43.º e 44.º do Estatuto da OCC e do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e que a convocatória tinha sido endereçada a todos os Sr. Representantes no dia 17 de fevereiro de 2022, tendo ficado também disponível, no mesmo dia, no site de internet da OCC. Relativamente ao controlo de presenças, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que o mesmo tinha sido realizado nos termos do n.º 4, do artigo 6.º do Regimento da AR e que, caso os Srs. Representantes se ausentassem da sala, deveriam informar a credenciação, não devendo fazê-lo durante os períodos de votação, tendo lembrado ainda que a ausência da sessão por tempo superior a trinta minutos seria considerada falta, conforme prevê o n.º 3 do artigo 17.º do Regimento da AR. -----

Feitas estas considerações iniciais e entrando no **ponto 1 (um) de antes da ordem do dia**, o Sr. Presidente da MAR informou que se iria, de imediato, dar posse a três Srs. Representantes que não puderam estar presentes na cerimónia de tomada de posse no dia 7 de dezembro de 2021 e na AR de 17 do mesmo mês, chamando de imediato ao púlpito, para assinatura da ata de tomada de posse, os Srs. Representantes: -----

- Rui Jorge Saavedra Magalhães, CC 2169, pelo Círculo Eleitoral do Porto. -----
- Rosa Branca Pinto Areias, CC 44942, pelo Círculo Eleitoral do Porto. -----
- Ana Margarida Mochila Melro, CC 81998, pelo Círculo Eleitoral de Évora. -----

Após a leitura da declaração de compromisso com o seguinte teor: *“Eu, abaixo assinado(a), declaro solenemente aceitar o cargo para que fui eleito(a) e respeitar e*



cumprir o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados”, os Srs. Representantes procederam à assinatura da ata de tomada de posse. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu e deu as boas vindas aos Srs. Representantes empossados e passando ao **ponto 2** (dois) de **antes da ordem do dia**, *informação sobre as presenças, faltas e representações à AR*, referiu que, naquele momento, estavam presentes e representados 83 (oitenta e três) membros da AR do total de 85 (oitenta e cinco), estando 74 (setenta e quatro) em sala, contanto estes com mais 2 (duas) representações e 7 (sete) a participar telematicamente e informou, também, que não se tinham registado quaisquer faltas na última AR. -----

No que diz respeito ao **ponto 3** (três), de **antes da ordem do dia**, o Sr. Presidente da MAR informou que, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regimento da AR, se encontravam presentes na reunião, presencial ou telematicamente, a Sra. Bastonária e todos os membros do Conselho Diretivo; todos os membros do Conselho Fiscal e do Conselho Jurisdicional e, como habitualmente, elementos do apoio jurídico, quer à Sra. Bastonária, quer à MAR, estes ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 4.º do Regimento da AR. -----

Avançou o Sr. Presidente da MAR para o **ponto 4** (quatro) do período de **antes da ordem do dia**, *informações e pedidos de esclarecimentos*, e abriu as inscrições para os Srs. Representantes que pretendessem usar da palavra, solicitarem informações ou esclarecimentos. Pediram a palavra os Srs. Representantes, António Carlos Gomes Dias, CC 17917, do Círculo Eleitoral de Vila Real; Maria Teresa Eva das Neves, CC 19591, do Círculo Eleitoral de Lisboa; António Cerejo Moreira Caseiro, CC 280, do Círculo Eleitoral de Leiria e Maria José de Almeida, CC 40619, do Círculo Eleitoral de Lisboa. -

Dada a palavra ao Sr. Representante António Dias, o mesmo iniciou a sua intervenção dizendo que pretendia, apenas, apresentar uma saudação à Assembleia no início do seu segundo mandato, sentindo-se muito honrado e, ainda, para saudar e realçar o desenvolvimento que, ao longo dos últimos quatro anos, constatou na Ordem no que toca ao rigor e à transparência das contas. Apresentou ainda uma saudação especial, sobretudo aos últimos dois anos, anos de pandemia, anos em que uma das fontes de receita, a formação profissional, que era considerada bastante importante para a Ordem, foi praticamente inexistente e, mesmo assim, as contas apresentaram-se equilibradas. Terminou dizendo (citamos): “(...) *saudar tudo o que foi feito, no âmbito destes dois anos de pandemia, a favor dos membros e naturalmente, dos contabilistas certificados e*



também da sociedade, na medida em que eles representam muita da nossa economia e saudar também, já agora, as novas medidas que estão previstas no âmbito do apoio a eventuais cidadãos ucranianos que sejam contabilistas e que venham parar ao nosso país". -----

Dada a palavra à Sra. Representante Teresa Eva, esta começou por cumprimentar o Sr. Presidente da MAR e restantes membros da Mesa; a Sra. Bastonária e todos os elementos do Conselho Diretivo; o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e demais elementos do Conselho Jurisdicional; o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e demais elementos do Conselho Fiscal; os demais colegas de AR e restantes colegas presentes. Continuou endereçando os parabéns à Sra. Bastonária e todos os colegas eleitos, sublinhou o resultando eleitoral histórico através do qual os contabilistas expressaram a sua vontade inequívoca de que é esta Sra. Bastonária que querem ter a governar a instituição e em quem confiam para as decisões que melhor os servem. Prosseguiu afirmando (citamos) *"todos nós devemos honrar esta confiança (...) a esta enorme confiança, corresponde uma enorme responsabilidade"* e garantindo que tudo fará para honrar e continuar a dar o melhor contributo para que profissão (citamos) *"fique ainda melhor daqui a 4 anos do que está hoje"*. Deixou ainda uma palavra de agradecimento aos colegas que cessaram as suas funções e as boas-vindas aos colegas que se juntaram à equipa. Terminou a sua intervenção, apelando aos colegas para que se manifestassem nas assembleias, dando voz aos que representam e não o podem ali fazer, contribuindo, com uma experiência ímpar, para um melhor entendimento do todo que é a profissão do contabilista certificado. -----

Tomou a palavra ao Sr. Representante António Caseiro que, após cumprimentar os Srs. Presidentes da AR, do Conselho Fiscal, do Conselho Jurisdicional, os elementos de apoio jurídico, o Conselho Diretivo e, em especial, a Sra. Bastonária, agradeceu tudo o que esta tem feito pelos contabilistas (citamos) *"Porque estou aqui, graças a si e muito obrigado. A todos os colegas, peço para que junto procuremos ajudar a nossa ilustre bastonária, no seu difícil caminho, sempre a tentar ajudar, especialmente, os contabilistas que mais precisam"*. Relembrou que, no primeiro mandato, marcado pela pandemia, a Sra. Bastonária deu aos contabilistas o lugar relevante que atualmente ocupam na sociedade. No início do segundo mandato e com a incerteza de uma guerra que trará mais problemas para a economia, contaremos com a sua ajuda, disse o Sr. Representante, concluindo a sua intervenção com o pedido de uma salva de palmas para os eleitos para o segundo mandato que então se iniciava.-----



Dada a palavra à Sra. Representante Maria José Almeida, a mesma saudou o Sr. Presidente da MAR; todos os Sr. Presidentes que estavam presentes, bem como a Sra. Bastonária e o Conselho Diretivo. Seguidamente, recordou a sua intervenção na Assembleia Geral Extraordinária da OCC realizada a 2 de abril de 2016 e afirmou que nestes últimos quatro anos, foram conseguidas vitórias que até então eram negadas, destacando o justo impedimento; as férias fiscais; a coleção essencial, que este ano chegará em formato digital; e, ainda, os bons resultados das contas da CC verificados neste ano. Realçou o quanto todos puderam contar com a ajuda da Ordem em tempos tão difíceis, e também que nunca a profissão foi vista com tanto respeito e consideração, tanto pela sociedade civil como até pelos órgãos de soberania e academias, como atualmente. Continuando, e dirigindo-se à Sra. Bastonária, afirmou (citamos) *“O meu obrigado pelo espírito de missão que têm colocado no trabalho”* e deixou também uma palavra de apreço ao Conselho Fiscal, nomeadamente, ao sucessor do saudoso Joaquim Guimarães e terminou lamentando o abandono do projeto da Casa TOC ou Casa dos CC. -----

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Bastonária que cumprimentou o Sr. Presidente da MAR e demais membros da MAR, o Conselho Diretivo, o Conselho Jurisdicional e o Conselho Fiscal e todos os membros da AR, saudando-os a todos pela eleição, cumprimentou também todos os presentes na bancada e os colaboradores da OCC que estavam a prestar o acompanhamento necessário ao funcionamento da AR. De imediato agradeceu as palavras proferidas pelos colegas, manifestando que tudo o que foi dito se aplica a todos, a uma equipa unida, coesa, que trabalha com o objetivo de fazer sempre mais e melhor. Continuou dizendo que, há quatro anos a missão baseou-se essencialmente em dois pontos: manter o que de bom tinha sido realizado e fazer mais e melhor, e que esse era também o objetivo para os próximos quatro anos, para assim garantir que a profissão alcançará tudo o que deseja, havendo muito para caminhar. Reforçou dizendo que, as palavras de ordem são trabalhar, para atingir os objetivos em prol desta nobre profissão. Conto com todos, assegurou, para (citamos) *“representar os contabilistas certificados e para levar esta profissão onde ela merece”*. -----

Esgotado o período de **antes da ordem do dia** passou-se de imediato ao **ponto 1 (um)** da **ordem do dia**, *aprovação das atas das reuniões de 09/07/2021 e de 17/12/2021*. Antes da votação o Sr. Presidente da MAR sublinhou que, deveria ser equacionado, no próximo Regimento que a AR viesse a adotar, a introdução de algum ponto quanto à matéria da votação das atas, uma vez que o Código do Procedimento Administrativo, no número 3



do artigo 34.º, refere que *“Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”*. Assim sendo, quanto à ata de 09/07/2021, que é referente ao mandato anterior, só podem votar os Srs. Representantes presentes na AR a decorrer, mas que também estiveram no mandato anterior e na AR de que trata aquela ata. Mais informou que estavam presentes na AR a decorrer, trinte e três Srs. Representantes que fizeram parte do mandato anterior, trinte e um em sala e dois a participar via “ZOOM”, sendo que, para efeitos de votação dessa ata, aos que estão em sala, foi-lhes distribuído um voto de cor amarela e assim, esclareceu o Sr. Presidente, esse ponto teria duas votações, uma especificamente para a ata de 09/07/2021 e outra para a ata de 17/12/2021, mais propondo a dispensa da leitura das mesmas, já que, ambos os documentos, foram oportunamente enviados e todos os Srs. Representantes e não foram objeto de reparos, sugestões ou alterações. Passando-se à votação e após a correspondente verificação dos votos, a ata de 09/07/2021, foi aprovada, por unanimidade, pelos 33 possíveis votantes para a mesma e, quanto à ata de 17/12/2021, foi aprovada, também por unanimidade, pelos 80 votantes possíveis para a mesma. -----

Assim, de imediato, o Sr. Presidente da MAR seguiu para o **ponto 2 (dois) da ordem do dia, discussão e votação do relatório e contas do exercício de 2021**, convidando a Sra. Bastonária ao uso da palavra para a apresentação do documento. -----

No uso da palavra, a Sra. Bastonária iniciou a sua intervenção, mencionado que os quatro anos de mandato foram muito desafiantes e que os dois anos de pandemia transformaram colossalmente a profissão, avaliando de forma muito positiva, no seu todo, o referido período. Continuou afirmando que (citamos) *“é com imenso orgulho que, hoje apresento este relatório e contas”*, um documento que poderia servir de manual orientador de uma boa prestação de contas para entidades similares ou outras instituições. É um documento, disse a Sra. Bastonária, que foi melhorando ao longo dos últimos quatro anos, sempre com o objetivo de apresentar de forma verdadeira toda a informação, financeira e de outras naturezas, da Ordem. Referindo-se ainda aos últimos quatro anos, disse que foi conseguida estabilidade, quer profissional, quer financeira, para a instituição e conseguiu-se a concretização de muitas matérias importantes para o futuro da profissão e qualidade de vida dos contabilistas. A Sra. Bastonária continuou destacando, na sua apresentação, os mapas financeiros mais relevantes, nomeadamente o balanço. Nos últimos quatro anos não foram feitos grandes investimentos, mencionou, no entanto, foi conseguida uma estabilização de ativos, uma melhoria dos fundos patrimoniais e uma diminuição



significativa de passivos, conforme resultava claro da peça financeira fundamental: o balanço. Já do ponto de vista da demonstração de resultados por natureza, sublinhou que, foi sempre um objetivo da Ordem controlar e diminuir os custos, sendo que, durante este período de pandemia, acabou por se verificar também por uma redução considerável de rendimentos, designadamente, em virtude da diminuição das ações de formação, facto que conduziu a uma descida acentuada das receitas da Ordem em 2020 e que veio a estabilizar um pouco no ano de 2021. Na prática, e numa análise evolutiva, e em termos de demonstração de resultados, disse a Sra. Bastonária, existiu também, uma diminuição considerável de gastos. Com a pandemia, ainda assim, conseguiu-se a estabilidade financeira necessária para nunca deixar de se servir os membros, para se aumentarem serviços e para se fazer ainda mais com menos. Analisando a relação entre gastos e rendimentos, e na parte respeitante às prestações de serviços, comparativamente a anos anteriores, houve uma redução significativa, embora em 2021 tenha estabilizado e aumentado face aos que tinham sido os rendimentos, nomeadamente de prestação de serviços, em 2020, que, apesar de 2021 ainda ter sido um ano de pandemia conseguiu-se equilibrar, até melhorar, mas, sem grande crescimento e sem se obterem resultados próximos dos que se verificaram nos anos anteriores. Do ponto de vista dos gastos, conseguiu-se um equilíbrio, que persiste, e é necessário para esta sustentabilidade, mantendo-se, obviamente, um controlo rigoroso dos mesmos. Prosseguiu a Sra. Bastonária referindo que (citamos) *“nas opções que são feitas pelos órgãos de gestão da Ordem, neste caso pela Direção, (...) cada cêntimo da Ordem é dos seus membros e que as opções têm de ser ponderadas, relevantes e sempre em, ao serviço dos membros e para os membros”*. Continuou referindo-se ao resultado líquido, dizendo que, efetivamente, houve uma diminuição face ao resultado de 2020, terminando o ano com um resultado líquido positivo de 205.629 euros, resultado que, no seu entender, disse, não é brilhante, mas foi o possível, dadas as circunstâncias, tendo permitido o equilíbrio e mantido a sustentabilidade financeira da Ordem. O Relatório e Contas, afirmou, mais não é do que o manual da instituição, adiantando que os contabilistas certificados, lendo o Relatório e Contas, ficarão perfeitamente conhecedores de todas as opções seguidas, de tudo o que foi gasto e dos rendimentos obtidos, de forma pormenorizada, clara e objetiva. Continuando, a Sra. Bastonária afirmou que, o Relatório e Contas em apreciação transmite a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do desempenho da instituição durante o ano de 2021. Neste relatório de contas, frisou, (citamos) *“fomos mais*

*além. Quisemos fazer uma análise daquilo que foi o balanço dos 4 anos e quisemos, inclusivamente, fazer um comparativo com o mandato anterior”, até com o intuito de ajudar nas decisões a tomar futuramente. Referiu que, todos os anos houve melhoramentos no relatório, em termos de informação, com acolhimento das sugestões transmitidas pelos colegas, através da AR e também com a ajuda do Conselho Fiscal, cujo apoio a Sra. Bastonária agradeceu, salientando também que este é um Relatório e Contas digno de ser aprovado. Continuou afirmando que, para toda aquela poupança e para se conseguir atingir o objetivo de estabilizar financeiramente a Ordem, foi necessário tomar decisões e seguir um caminho que, no seu entender, efetivamente resultou. Como exemplo, referiu uma das primeiras medidas, em termos de gestão, que resultou numa enorme poupança, respeitou à Revista Contabilista, mas lembrou que, aquela revista não é um gasto, mas sim um investimento, um meio de informação mensal, que deve chegar a todos os contabilistas certificados, no entanto, era consabido que não era lida por muitos colegas, acabando por ir diretamente para o lixo e, por isso, decidiu-se que quem não quisesse receber a revista fisicamente deveria informar a Ordem para recebê-la digitalmente, mas como essa opção não foi feita por muitos colegas, posteriormente deliberou-se que a revista apenas seria remetida em suporte de papel para quem a solicitasse e estaria disponível no formato digital para todos. Esta alteração, informou a Sra. Bastonária, permitiu uma poupança significativa nestes quatro anos. Continuou dizendo que, a par do relato financeiro, há também o não financeiro, porque deverá também ser uma preocupação das instituições nos próximos anos: a sustentabilidade do ponto de vista ambiental, social e de *governance*, destacou a Sra. Bastonária. Relembrou também que, existiram, igualmente, outros fatores que influenciaram a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro, referindo-se à contratação pública, que assegura também resultados através da poupança de recursos, embora seja importante fazer-se uma ponderação entre a qualidade e o preço, nas escolhas dos fornecedores, ainda assim, ao mesmo tempo é, também, burocraticamente, um encargo para a instituição, já que, a Ordem tem colaboradores exclusivamente dedicados a esta área para assim salvaguardar o cumprimento rigoroso do estabelecido legalmente e, ainda, constitui um processo moroso. Recentemente, acrescentou a Sra. Bastonária, existiram constrangimento no que respeita aos manuais da coleção essencial, o concurso público estava em andamento, quando o fornecedor informou que não poderia cumprir os prazos por falta de papel, matéria prima que se encontrava, na ocasião, esgotada em todos os mercados. “*Nem tudo**



na Ordem diminuiu, sem dúvida que, atualmente, a proximidade dos membros à Ordem, constitui uma realidade completamente diferente”, sublinhou a Srs. Bastonária, fazendo a seguir menção aos esclarecimentos técnicos prestados pela OCC aos seus membros onde se verificou um aumento considerável e um aumento considerável, também, da necessidade de recursos da Ordem para responder aos mesmos, resultando em mais gastos, os necessários para servir os contabilistas certificados, incluindo, designadamente, a reestruturação dos serviços da Ordem e a contratação de mais colaboradores. Referindo-se a números, e no que toca exclusivamente a esclarecimentos técnicos e jurídicos, escritos e telefónicos, salientou o aumento verificado de 48.601, em 2017, para 143.865 em 2021. Este feito, disse, exigiu uma gestão diária, acompanhamento permanente e grande esforço de todos os serviços da Ordem, incluindo do Conselho Diretivo. Destacou ainda a Sra. Bastonária, a qualidade dos colaboradores da Ordem, no que foram os esclarecimentos e acompanhamento de toda esta evolução, a enorme exigência para todos, num contexto de pandemia e de teletrabalho, em que tudo foi preciso conciliar, equipas fantásticas, motivadas, e que o Conselho Diretivo acompanha diariamente para que essa motivação esteja sempre presente e para que estes resultados sejam possíveis. A par destes resultados, disse a Sra. Bastonária, foi necessário avaliar a satisfação dos utilizadores dos serviços prestados pela OCC, por se considerar importante saber se o produzido é rececionado de forma positiva pelos seus destinatários, essa avaliação foi iniciada em 2018 e, nesta matéria, 84% classificou os atendimentos da Ordem como muito bons; 13% classificou-os como bons e uma percentagem, muito residual, cerca de 2%, qualificou-os como razoável, fraco ou mau. Prosseguiu a Sra. Bastonária salientando o tempo de espera dos atendimentos, que poderá não ser ainda tão positivo quanto o desejável, mas lembrou que, os esclarecimentos técnicos não são informações administrativas que podem ser prestadas em cinco minutos, ao invés, são atendimentos morosos, podendo uma resposta despoletar uma outra pergunta. A Ordem tudo fará para diminuir esse tempo de espera, o que não será fácil, no entanto, no plano de atividades está prevista a contratação de mais colaboradores para a área técnica, precisamente para satisfazer todas as questões com tempos médios de espera mais reduzidos. Referiu-se a seguir às reuniões livres online como uma das grandes apostas da Ordem durante os anos de 2020 e 2021, acrescentando (citamos) “a Ordem adaptou-se, reinventou-se e sobreviveu com sucesso, não deixando de prestar, da forma possível, à distância, as informações necessárias aos contabilistas”, e acrescentou que, foi a forma de ultrapassar



a suspensão das reuniões presenciais durante esses anos de pandemia. Informou a seguir que, o Conselho Diretivo deliberou manter as reuniões livres online, em virtude das inúmeras solicitações que chegaram à Ordem, especialmente porque alguns colegas não conseguem deslocar-se para assistir às reuniões presenciais que estão a ser retomadas, e (citamos): *“890.562 visualizações de reuniões livres é realmente um número significativo e destaca a importância que tem o termos conseguido reinventarmo-nos numa altura tão difícil”*, afirmou a Sra. Bastonária. -----

A seguir referiu o dia 26 de fevereiro de 2021, afirmando tratar-se de um dos acontecimentos mais relevantes, relativamente à profissão, ocorridos no ano de 2021: a aprovação da Lei n.º 7/2021. Salientou que, a par do justo impedimento já implementado em 2019, veio trazer para a vida do contabilista uma evolução substancial na segurança, no compromisso para com os clientes e, principalmente, na tranquilidade no exercício da nossa profissão resultante da alteração do regime de responsabilidade do contabilista certificado. Referindo-se às “férias fiscais” considerou essa matéria essencial para o planeamento da atividade profissional dos contabilistas certificados e lembrou também, com notório destaque, a alteração substancial do regime de dispensa e atenuação das coimas constante daquela Lei, ainda, concomitantemente, a clarificação da obrigação de disponibilização dos formulários para submissão das obrigações declarativas com 120 dias de antecedência. Estas alterações, substanciais, foram realmente fundamentais, considerou a Sra. Bastonária e o Conselho Diretivo da Ordem havia trabalhado bastante nesse sentido. Com estas alterações, passaram a existir soluções objetivas na lei para tratar muitos factos sem depender da boa vontade da Autoridade Tributária, condição esta que se pretendeu legalmente consagrar, tendo acontecido a primeira concretização, o justo impedimento, em 2019, e para as outras condições através da Lei n.º 7/2021, de 26 de fevereiro, a qual, relativamente a algumas matérias, entrou em vigor apenas em 1 de janeiro de 2022, por forma a que a Autoridade Tributária se conseguisse adaptar às substanciais alterações estabelecidas por esta Lei. Ainda a propósito desta Lei, a Sra. Bastonária informou que, está agendada, para o mês de abril, uma formação eventual, abarcando a proteção de direitos e garantias dos contribuintes. Relembrou ainda, no âmbito da Lei n.º 7/2021, a alteração substancial trazida por esta Lei no que respeita aos procedimentos de inspeção tributária, rematando este assunto com a seguinte afirmação, (citamos) *“não se pode falar do ano de 2021 sem se falar na Lei 7, (...) que é um marco, é o momento do ano”*. Continuou afirmando que, os contabilistas, através do último ato

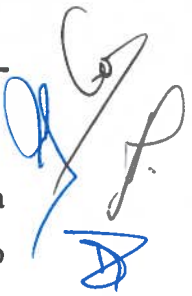


eleitoral, quiseram confiar na então lista A, dando-lhe um enorme voto de confiança, que acarreta com muito orgulho, mas também muita responsabilidade e (citamos): *“Ter uma votação com esta percentagem é, de facto, algo que nos tem que fazer ainda fazermos mais, ainda estarmos mais atentos e ainda contribuir mais para que esta profissão alcance os níveis que merece”*. Aqui, a Sra. Bastonária lembrou que, as férias fiscais foram assinaladas com a oferta simbólica, a todos os membros, das toalhas de praia, pois, aquele disposto legal veio permitir aos contabilistas planearem o mês de agosto, cumprindo os prazos das suas obrigações profissionais de forma tranquila e controlada até final desse mês, incluindo a suspensão dos processos em curso. Prosseguiu a Sra. Bastonária solicitando a todos que acompanhassem a parte inicial do Relatório e Contas, que se refere à avaliação, em números e valores, do mandato de 2018 a 2021, por comparação ao mandato anterior, afirmando que (citamos): *“com menos conseguimos fazer muito mais e sem dúvida que concluímos que com justiça é tudo mais equitativo”*. Face aos resultados expressos na parte do Relatório e Contas a que se referia, sublinhou que, cada gasto, cada cêntimo tem de ser pensado, e com muito equilíbrio, e assim foi possível alcançar resultados completamente diferentes e ímpares e que, sem dúvida, os números são a melhor expressão do que foi feito durante os últimos quatro anos e, sem tirar o mérito a todas as direções anteriores, porém, impôs-se uma inversão nalgum tipo de gastos, chegando a Sra. Bastonária a admitir que terá sido, talvez, uma opção muito radical ou a implementação de regras muito rígidas em relação ao controlo de custos dos órgãos sociais, mas que, à data, teve de ser o caminho a seguir para conseguir equilibrar financeiramente a Ordem, condição que, atualmente, já não se justificaria. Continuando, agora em análise mais objetiva das Contas de 2021, referiu a autonomia financeira da Ordem que apresenta um rácio de 70,1%, um rácio de solvabilidade de 2,35 e um rácio de liquidez geral de 1,41, não esquecendo que, frisou a Sra. Bastonária, aquando da tomada de posse, não havia dinheiro para, no final daquele mês, pagar ordenados, recorrendo a Ordem a contas caucionadas para a gestão corrente. Salientou que os grandes investimentos então realizados, referiu como exemplo o caso do auditório, compromissos haviam contribuído para a desorganização de controlo das disponibilidades da Ordem, impondo desde logo, aquando da tomada de posse, medidas para inverter a situação. No fundo, foi preciso conter custos, mas, ainda assim, sem prejudicar a evolução da Ordem nem os serviços aos membros, ao invés, o número de solicitações aumentou e foram prestados todos os esclarecimentos, foram contratados novos recursos e diminuindo o



tempo médio de resposta, referindo-se ao consultório técnico e jurídico, que passou de 20 para 14 dias e, atualmente, para 5,3 dias, o que é fantástico, salientou a Sra. Bastonária, atendendo a que, muitas vezes, se tratam de questões técnicas complexas. Chamou ainda a atenção para a formação profissional que, via *streaming*, aumentou consideravelmente, tal como o aceso ao site. Tudo isto, destacou, só foi possível em virtude da valorização dos colaboradores, que são a imagem da Ordem, tendo sido fundamental o reforço dos recursos e aumentar os salários dos mesmos, de forma a suprir o aumento significativo das solicitações de trabalho a que os mesmos tiveram de fazer face, o que, compensado com a diminuição dos gastos com os órgãos sociais, foi a condição principal, para se conseguir o equilíbrio financeiro das contas, destacando, em seguida, a redução de gastos dos órgãos sociais comparando os dois mandatos anteriores, valores expressos em quadros do Relatório e Contas, correspondendo a uma redução de 47,7%, fundamental, sublinhou a Sra. Bastonária, para o equilíbrio financeiro, com a redução mais significativa a verificar-se nos gastos relativos à Bastonária, que registaram uma redução de 61,8%. Congratulou-se a Sra. Bastonária, afirmando (citamos): *“valeu a pena prescindirmos de muito daquilo que, se calhar, alguns considerariam justo. Fui muito pressionada por muitos colegas dos órgãos sociais por sentirem que existiam situações injustas, mas não havia outra hipótese para alcançarmos estes resultados. Olhando para estes números, acho que só podemos estar todos orgulhosos. Queremos continuar nos próximos quatro anos a trazer exatamente o mesmo para a instituição, valorizar acima de tudo os contabilistas, servir os contabilistas e nunca servirmo-nos da instituição. Este é o nosso lema”*. Destacou ainda o crescimento substancial dos gastos com os seguros de responsabilidade civil e de saúde, sendo estes indispensáveis e importantes para a vida dos contabilistas, ao mesmo tempo que o rendimento proveniente de quotas e formação diminuiu em cerca de 5 milhões de euros.-----

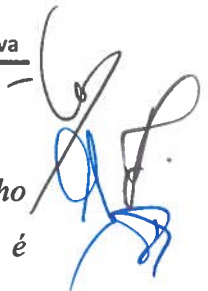
Concluindo a sua intervenção, a Sra. Bastonária agradeceu aos membros das Assembleias Representativas, anterior e presente, e solicitou que o Relatório e Contas referente ao período de 2021 fosse aprovado por unanimidade, e que ao resultado líquido desse período de € 205.629,15, fosse efetuada a seguinte aplicação: a importância de € 85.550,84 para a conta de “fundos” e a importância de € 120.078,31 para a conta do “Fundo de Solidariedade social”. Agradeceu também ao grupo de voluntários, que ajudou os colegas em situações difíceis durante, essencialmente, os dois anos de pandemia, pois a solidariedade será sempre fundamental na instituição. Deixou ainda palavras de



reconhecimento pelo trabalho, dedicação e pelo empenho de todos os colaboradores da Ordem, internos e externos, os quais contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados, também à direção que a acompanhou, durante os últimos quatro anos, ao Conselho Fiscal e a todos membros dos demais órgãos sociais.-----

Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente da MAR convidou o Sr. Presidente do Conselho Fiscal para as considerações que o Relatório e Contas em discussão lhe merecesse. -----

O Sr. Presidente do Conselho Fiscal, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e, após alguns considerandos relativamente à estrutura de apresentação do documento em apreço, agradeceu ao ex-vogal do Conselho Fiscal, Mário Cabêda, por toda a dedicação, empenho e profissionalismo que dedicou ao órgão e deu as boas-vindas à Raquel Mota Pinto desejando que tenha sucesso no exercício das suas funções. e continuou dizendo (citamos): *“Depois deste breve considerando dizer-vos que, do ponto de vista da fiscalização, nós, acompanhamos mensalmente os trabalhos da Ordem em perfeita ligação com o conselho diretivo que tem que disponibilizar todos os meios e os serviços da Ordem, desde serviços jurídicos, serviços de contabilidade. Tudo aquilo que nós precisamos, temos acesso muito facilmente. Mesmo em questões de distância que também acabamos por conseguir fazer o trabalho com relativa facilidade, portanto, assim, é tudo mais fácil. No âmbito da fiscalização, nós, nesta interação que temos, mensal, temos algumas práticas que instituímos desde há quatro anos a esta parte que foram sendo melhoradas. Nós temos um regimento de funcionamento, temos também um conjunto de métricas que fomos construindo no sentido de nos facilitar a verificação mensal das contas da Ordem e também ao mesmo tempo colaborar na supervisão de todo o processo de relato financeiro da Ordem, portanto, o conselho fiscal não tem como atribuição, nos termos dos estatutos da Ordem, proceder à supervisão do processo do lado financeiro. Mas desde sempre, e a ordem e o conselho diretivo também, para conforto, também quis que assim fosse, que nós procedêssemos à supervisão de todo o processo de relato financeiro. Neste processo de relato financeiro, incluímos o relato financeiro intercalar e também o relato financeiro anual que é isso que estamos a fazer aqui hoje. Como sabem, o relato financeiro intercalar desde 2018, trimestralmente é apresentado um relatório intercalar que começou por ser financeiro só e passou depois a ser integrado. Porquê? Porque começámos também a divulgar, o conselho diretivo, e também por nossa sugestão, a parte do relato não financeiro que é o chamado relato*

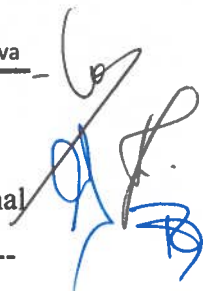


financeiro moderno, não é, que é aquilo que vai para além dos números. E nós, conselho fiscal, verificámos sempre, antes de qualquer publicação, toda essa informação que é disponibilizada depois aos membros, portanto, o contributo do conselho fiscal tem a ver também com toda essa informação, que não saia sem que seja mais uma linha de defesa em prol de uma boa prestação de contas. A nível do ano 2021, relativamente às contas do ano 2021, cujo relatório e contas foi publicado no dia 17 de fevereiro, disponibilizado a todos os membros, que está no site e agora também está em brochura, que foram feitos alguns exemplares para todos os que estão aqui presentes e para quem eventualmente quiser, reparem que é um documento bastante extenso. O conselho fiscal sente-se muito confortável porque se revê totalmente no documento que foi publicado. É um documento extenso, detalha todas as atividades que foram realizadas no ano 2021 com muito detalhe, ou seja, há aqui um compromisso com aquilo que nós chamamos "accountability" não é, que é a responsabilidade, que é a ética da divulgação de informação apropriada e que, de facto, aconteceu relativamente às opções que foram feitas, obviamente, pelo conselho diretivo. Podiam ser outras, não é, como é óbvio, mas face àquilo que foi perspectivado até nos orçamentos anteriores, neste ano de 2021, aconteceu e aqui está vertido neste documento, ao longo de todas estas 221 páginas. É um Relatório e Contas que visa não só em quantidade de informação, mas a informação que é vertida no documento é informação de qualidade. Ele está bem redigido, está bem-apresentado, tem o detalhe mais que suficiente em cada uma das áreas, portanto, qualquer "stakeholder" pode facilmente perceber o que é que aconteceu no ano 2021 na instituição. O Conselho Fiscal sente-se perfeitamente confortável porquanto em qualquer instituição e sendo a Ordem uma instituição de Direito Público tem que salvaguardar o interesse Público. Temos uma responsabilidade acrescida na divulgação da informação. Responsabilidade, essa, que ainda é mais acrescida por sermos contabilistas certificados, portanto, na nossa casa, nós temos que dar o exemplo. E dar o exemplo de uma boa prestação de contas, de uma prestação de contas com informação que seja útil e compreensível para todos os membros. E é isso que este relatório, na opinião do conselho fiscal, verte. Esse compromisso com a ética de divulgação da informação e com informação que seja útil para quem toma decisões. Dizer-vos também que é uma preocupação e foi sempre uma preocupação do Conselho Fiscal desde a primeira vez que nós tomámos posse no dia 5 de março, que coincidentemente também hoje é dia 5 de março, em 2018, pela sustentabilidade financeira da Ordem. A Ordem, de facto, tinha



várias fragilidades do ponto de vista financeiro, mas ao longo destes quatro anos, o conselho diretivo foi tomando um conjunto de medidas, desde logo do ano 2018, com efeitos até muito concretos já no ano 2018, que ao longo destes quatro anos se materializaram nos indicadores económico-financeiros que foram apresentados pela Sra. Bastonária. Refiro-me concretamente a uma autonomia financeira de 70 por cento, portanto, é um aumento de, digamos, 52 por cento, julgo, em 2017. Temos um indicador de liquidez de 1.41, temos um indicador de solubilidade de 2.41, quando o indicador-base é a unidade, portanto, temos mais do dobro dessa realidade, temos disponibilidades de 2.7 milhões, julgo eu, quando nós tínhamos, em 2018, 126 mil euros. Houve também um conjunto de iniciativas que já foram aqui também apresentadas pela Sra. Bastonária, relacionado com o controlo dos gastos. E o Conselho Fiscal, como um órgão de fiscalização e de supervisão, nesta parte da prestação de contas – como sabem o órgão de supervisão da Ordem é o Conselho Jurisdicional, está muito confortável e muito satisfeito pelo facto de terem sido apresentados estes resultados que são o resultado de quatro anos de trabalho. Mas sendo o ano de 2021 que está aqui em apreciação, o Conselho Fiscal fica muito satisfeito, até porque também com as interações que houve com os auditores, portanto, é outra linha de defesa para os “stakeholders” que é as contas auditadas. Nós interagimos por várias vezes com os auditores à distância, fizemos reuniões zoom e questionámos os auditores sobre o trabalho que foram fazendo, as áreas de risco que identificaram, quais foram os procedimentos que adotaram para mitigar esses riscos e que conclusões é que tiraram em cada uma das áreas, portanto, caros colegas que estão cá nesta sala e também assistem à distância, o Conselho Fiscal está muito confortável com todo o trabalho que fez, com os resultados que foram apresentados e, como consequência, tem a propor a todos que os documentos de prestação de contas que foram apresentados pelo Conselho Diretivo na pessoa da Sra. Bastonária na intervenção anterior, que esses documentos de prestação de contas sejam aprovados e também que a proposta de aplicação de resultados que também foi apresentada pela Sra. Bastonária, também tenha igual aprovação. Por último, não queria deixar de agradecer ao Conselho Diretivo, aos serviços da Ordem e aos auditores, toda a colaboração que prestaram no exercício das nossas funções. Muito obrigado”. -----

De imediato, o Sr. Presidente da MAR convidou o Sr. Presidente do Conselho Jurisdiciona para se pronunciar, querendo, sobre o Relatório e Contas, pese embora não



fosse obrigatória a sua intervenção, tendo o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional declarado que, sobre o Relatório e Contas, não tinha nenhuma referência a fazer. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da MAR, questionou se algum dos Srs. Representantes pretendia usar da palavra. Inscreveram-se, para se pronunciarem, os Srs. Representantes Bruno Alexandre da Rocha Silva, CC 76360, do Circulo Eleitoral do Porto; Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro, CC 12253, do Circulo Eleitoral dos Açores; Vitor Lino Soares Martins, CC 24253, do Circulo Eleitoral de Lisboa; Rui Manuel Machado Ferreira, CC 3146, do Circulo Eleitoral de Lisboa; Pedro Nuno Bastos Lima, CC 43050, CC 43050, do Circulo Eleitoral de Aveiro; Paulo Jorge dos Santos Marques, CC 76075, do Circulo Eleitoral de Viseu e António Manuel dos Santos Nabo, CC 9593, do Circulo Eleitoral de Évora. -----

O Sr. Presidente da MAR, deu então a palavra ao Sr. Representante Bruno Silva que o cumprimentou, bem como a todos os colegas, Conselho Diretivo, Conselho Jurisdicional e Conselho Fiscal. Continuando a sua intervenção referiu, em tom de recomendação para AR futuras, que seria importante o fornecimento de algumas folhas brancas para anotações. Além disso, e referindo ser motivo principal da sua intervenção, mencionou que, não considerava a Lei n.º 7/2021 um milagre, como havia referido a Sra. Bastonária, o que aconteceu, no seu entender, não se coaduna com a definição de “milagre”, mas antes (citamos): *“Foram funções executadas pela pessoa para atingir um determinado objetivo ou uma finalidade ou um propósito. E isto, esta definição é trabalho”*. Terminou desejando a todos a continuação de um bom dia. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Emanuel Cordeiro, este saudou o Sr. Presidente da MAR, toda a Mesa, todos os órgãos diretivos, a Sra. Bastonária e todos os Srs. Representantes. Continuou referindo que o documento que estava a ser discutido, o Relatório e Contas, além do completo relato relativamente às contas do período, também, quer na perspetiva histórica dos últimos 4 anos que o mesmo espelhava, quer como exemplo de trabalho para o futuro, o mesmo se constituía como um verdadeiro manual a servir como “uma pauta” de trabalho para os contabilistas. Em relação às contas do período, sublinhou que, tinham tudo para correr mal e correu bem. Prosseguiu afirmando (citamos): *“o trabalho feito por esta equipa diretiva é de saudar, é de recordar e é de exigir que seja feito o mesmo para o futuro próximo”*. Em análise às demonstrações financeiras, lembrou que, em 2014, existia um valor de fundos patrimoniais de cerca de



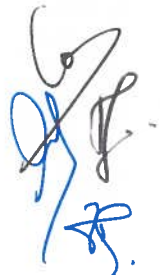
15 milhões e que agora, apuradas as contas de 2021, é superior a 21 milhões, verificando-se um crescimento de 6 milhões resultante, sublinhou o Sr. Representante, do desempenho da atual equipa diretiva. Referiu-se também às disponibilidades de tesouraria as quais garantem, de facto, estabilidade e sustentabilidade da Ordem para a continuidade de um trabalho no futuro em benefício dos seus membros. Continuando a referir-se às contas, destacou também o item de disponibilidades que em 2014 apresentava cerca de 211 mil euros, para em 2021 terminar o ano com quase 2 milhões e 400 mil, facto que era de realçar, representava liquidez, indicador de uma certeza e de uma enorme estabilidade, garantiu, relativamente ao futuro. Em avaliação do resultado líquido do período, disse que os 205 mil euros, eram, no seu entender, dada a conjuntura que se viveu, um resultado bastante bom. Deixou ainda referência à redução do endividamento conseguida nos últimos 4 anos, de 10 milhões e 180 mil, para 4 milhões e 900 mil euros, resultando daí forte contributo para a determinação da autonomia financeira acima dos 70 por cento e manifestou-se também esperançado no que respeita ao endividamento, de que se obtenha ainda uma maior redução, para valores perto do zero. Findou a sua explanação, declarando que se deveria (citamos): *“assegurar que no futuro tenhamos melhores demonstrações financeiras, como aquela que a Ordem nos brindou com as contas de 2021 e com as contas do último mandato”* e agradecendo ao último Conselho Diretivo, acrescentando também um “bem-haja” a este Conselho Diretivo e a todos os membros que foram eleitos. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Vítor Martins, que disse, (citamos): *“Eu peço desculpa a todos os que acham que quando se tem 400 mil euros de resultado positivo e no ano a seguir se tem 200 mil euros, isto realmente é um desastre, mas é um desastre para as empresas com intuitos lucrativos. Eu quero-vos dizer, muito honestamente, que eu pensava e continuarei toda a minha vida a pensar que uma gestão de uma entidade como a nossa, quanto mais próximo do zero estiver, melhor foi a governação e, portanto, por aqui digo-vos que estranho que considerar que 200 mil é pior do que 400 mil, no nosso caso, parece-me uma inversão dos valores, de como deve ser gerida uma entidade sem fins lucrativos. Quando se aproxima... não queremos prejuízo, mas quando se aproxima do zero significa que quanto mais próximo estiver, melhor foi a gestão. E por isso mesmo, os meus parabéns por este ano ainda ter sido melhor que o anterior. Bom dia a todos os presentes, mais uma vez. Em relação às contas de 2021 é por demais evidente que não estou surpreendido com o rigor e a quase total consonância com que*



foi aprovado em termos de orçamento. Pese embora que dada a situação provocada pela pandemia pudessem existir justificadamente desvios significativos sobre o orçamentado. Para mim, a aprovação de contas é isso mesmo. Se o conselho diretivo da Ordem seguiu com rigor o orçamento a que se propôs executar e que foi aprovado na assembleia representativa, as contas devem ser aprovadas. Por essa razão, tem o meu apoio incondicional e o meu voto a favor. É tudo sobre as contas".-----

Dada a palavra ao Sr. Representante Rui Ferreira, cumprimentou o Sr. Presidente da MAR; todos os restantes elementos da Mesa; a Sra. Bastonária; todos os membros do Conselho Diretivo da Ordem; o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e restantes membros do Conselho Jurisdicional; o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e todos os colegas do Conselho Fiscal; todos os Srs. Representantes na AR; todos os colegas presentes nas galerias e todo o *staff* de apoio da Ordem. Prosseguiu, mencionando que, da análise que fez ao relatório e contas, chegou logo a uma conclusão, a única faixa etária em que os homens ainda continuam a dominar, relativamente a número de contabilistas certificados, é dos mais de 60 anos. Há distritos em que mais de 60 por cento dos contabilistas são senhoras, pelo que, a questão da paridade, na profissão, não existe, está mais do que ultrapassada. Efetivamente a evolução em termos sociológicos da nossa profissão é, sublinhou, bastante interessante do ponto de vista sociológico, talvez única em termos das profissões no nosso país, não se colocando preocupações em questões de paridade, talvez, com o tempo até poderá acontecer exatamente o contrário, rematou o Sr. Representante. Continuou dizendo que, não há preocupação, identicamente, sobre a forma como os destinos da Ordem têm sido conduzidos e sobre os resultados alcançados, não apenas os que estão espelhados na demonstração de resultados, mas também na missão de servir a profissão. Referindo-se aos resultados económico-financeiros, considerou-os avassaladores. Destacou alguns indicadores, (citamos): *“O endividamento passa de 10 milhões 180 mil euros em 2017 para 4 milhões 910 neste momento, portanto, menos de metade em termos de endividamento. Solvabilidade 2,35. Parece um índice excelente. O nível de disponibilidades aumenta 11 vezes de 2016 para 2021, 11 vezes, 11 vezes”*. Continuou referindo-se, com ênfase, a outros itens de gastos, entre eles (citamos): *“não posso deixar de referir o que está, portanto, naquele quadrozinho em que resume, digamos, os gastos, quer dos que estão contabilizados nas rubricas de gastos com pessoal, como nos outros encargos relacionados com a totalidade dos órgãos sociais em que efetivamente se apresenta aqui uma redução de 2 milhões 735 mil 499 euros. Isto*



realmente é brutal, não é? Isto é brutal, isto é brutal. Isto não é comum". Referiu à promessa eleitoral da redução em 30% nos gastos com os órgãos sociais e comparou-a com os valores constantes das contas em apreço, (citamos): *"E neste caso, efetivamente, foi menos 47,7 por cento. Isto, efetivamente, para além de ser um valor materialmente relevante, eu acho que traduz bem, do ponto de vista simbólico e efetivo, aquilo que foi a missão que as pessoas que constituíram estes órgãos sociais"*. Continuando destacou alguns serviços prestados aos membros e, como exemplo, o número de questões aos Consultório Técnico e Jurídico duplicou e que a resposta, que era prestada numa média de vinte dias, passou a ser prestada em cinco dias. Abordou assuntos relacionados com o número de formandos que foram abrangidos pelas ações de formação; o número de acessos ao *site* da OCC; o número de visualizações das reuniões livres no *YouTube*, o número de apoios prestados, mesmo no âmbito do TOConline e a sua resposta também praticamente ao dia, o apoio que foi dado em termos de formações gratuitas, em ambiente de trabalho e a reação espetacular dos colegas a essas mesmas ações de formação, bem como a importância da divulgação dessa informação. No âmbito da defesa da profissão e dos profissionais, o Sr. Representante, lembrou que muita coisa foi feita. Todavia, deixou um destaque especial para a Lei n.º 7/2021 (citamos): *"muita coisa foi feita, mas como disse a Sra. Bastonária e bem, portanto, lei 7/2021 e ponto final. Acho que está tudo dito"*. Findou a sua dissertação, agradecendo, na sua condição de contabilista certificado, todo o trabalho que a Sra. Bastonária e restantes elementos dos vários órgãos desenvolveram e também todos os colaboradores, funcionários da Ordem, porque, uma instituição como a OCC só consegue um desempenho de excelência com colaboradores e funcionários de excelência e solicitou à AR que o Relatório e Contas fosse aprovado por unanimidade e aclamação. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Pedro Lima, este começou por dizer que era (citamos) *"uma honra estar nesta casa como membro da assembleia representativa"* e agradeceu a todos os presentes, à Sra. Bastonária, ao Conselho Diretivo e a todos os contabilistas o facto de terem confiado em si para a representação pelo círculo de Aveiro. De seguida, cumprimentou o Sr. Presidente da MAR; a Sra. Bastonária e restantes elementos do Conselho Diretivo; o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e respetivos membros; o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e restantes membros; os colegas Representantes e demais colegas presentes nas galerias. Após ter apresentado os seus cumprimentos, e no que respeita ao Relatório e Contas do ano de 2021, expressou os seus



parabéns (citamos) *“pela forma expositiva, clara e transparente na apresentação das contas da Ordem”*, o melhor relatório, disse, de todos os que viu até à data. Continuando a sua intervenção, referiu que a comparação com anos anteriores veio demonstrar o rigor imposto por este Conselho Diretivo no controlo das despesas e critério na alocação dos recursos. Comparou também a extensão da informação, referindo as 115 páginas do Relatório e Contas de 2017 e as 221 páginas do Relatório e Contas do ano de 2021, evidenciando este, de forma mais detalhada, os dados económicos e atividades realizadas pela Ordem. Quanto às contas propriamente ditas, referiu que, as demonstrações financeiras apresentam uma diminuição expressiva do passivo e um aumento dos serviços, do ativo e fundos patrimoniais, o que demonstra, sublinhou, uma boa gestão e alocação dos recursos. Continuou afirmando (citamos) *“muitas das vezes nós nem temos noção, falo por mim, (...) do que efetivamente esta casa faz. Em menos de quatro anos, a Ordem triplica os esclarecimentos prestados, triplica as chamadas telefónicas atendidas, triplica os pareceres técnicos escritos e triplica os atendimentos presenciais. Mais ainda. Triplica tudo isto que vos acabo de dizer e diminui o tempo de resposta no apoio, tudo isto com menos despesa (...)”*. Ainda neste âmbito, referiu a diminuição das remunerações dos órgãos sociais. Terminou afirmando que as contas apresentavam, sem dúvida, um elevado patamar de excelência, rigor, transparência, competência e *performance* económica e financeira, pelo que *“têm a minha total aprovação”*, rematou. Dada a palavra ao Sr. Representante Paulo Marques que iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente da MAR; os restantes membros; a Sra. Bastonária; os demais membros do Conselho Diretivo; os colegas da AR e os demais colegas presentes. Desde logo, referiu (citamos): *“É um gosto estar aqui perante vós, cinco anos depois de, curiosamente, também ter intervindo (...) numa assembleia de aprovação de contas, (...) em 2016”* e era, com agrado que verificava, naquela AR, a presença de vários membros eleitos substancialmente mais novos que ele. Expressou, por isso, também a sua satisfação por verificar que (citamos), *“além de tudo aquilo que já foi dito, estes últimos quatro anos trouxeram e aproximaram da Ordem a juventude”*. Continuou recordando que, em 2016, depois de verificarem as contas, e perante situações muitos preocupantes, interveio na referida Assembleia Geral, a par de outros colegas, para (citamos) *“dizer que não podia haver receio em falar de abusos e aproveitamentos. E felizmente tudo aquilo que, na altura, de mau se identificou, foi corrigido”*. Um dos valores que, naquela data, considerou despropositado era a quantia de 809 mil euros que a Ordem gastava com



publicidade e propaganda para aparecer nos meios de comunicação social e comparou-os com os 30 mil e os 34 mil constantes das contas de 2020 e de 2021, respetivamente. Atualmente, sublinhou, é a comunicação social que vem procurar os contabilistas e a Sra. Bastonária para esclarecer assuntos. Outros gastos que mereceram destaque do Sr. Representante foram os incorridos com deslocações e estadas comparando os 490 mil euros de 2016 com os 124 mil euros em 2021, e continuou (citamos): *“É claro que há uma conjuntura. Se não há deslocações, não há valores, portanto, se houve pandemia e, portanto, isso é perfeitamente normal. Mas o que não era normal era como se decompunham estes 490 mil euros de deslocações e estadas”* devendo ser de realçar todo o esforço de racionamento destes custos que o atual Conselho Diretivo realizou e que naturalmente seria para continuar. De seguida o Sr. Representante chamou à atenção para as páginas 20, 21 e 22 do Relatório e Contas, onde figuram, por comparativo com o mandato anterior, os gastos em deslocações e estadas dos órgãos sociais, em particular da Sra. Bastonária e do Conselho Diretivo, e (citamos) *“de facto, realça-se que os gastos com refeições, deslocações e estadas no período de 2018/2021 dos órgãos sociais representaram uma redução de 72,2 por cento”*. Referindo-se à conjuntura favorável para a redução desses gastos, chamou a atenção para os incorridos em 2018/2019, período antes da pandemia, e comparou-os com os suportados no ano de 2017, rematando (citamos): *“o gráfico é bem explícito”*, sendo tal fruto do rigor que foi imposto no controlo de gastos dessa natureza, acabando-se com os abusos de então, rigor aquele extensivo aos gastos da mesma natureza incorridos pelos colaboradores da Ordem, prestadores de serviços ou formadores o que permitiu, naturalmente, canalizar recursos o apoio aos membros e outras iniciativas já bem realçadas naquela AR. E continuou a sua intervenção referindo-se ainda, em termos de análise comparativa, aos gastos com deslocações e estadas (citamos) *“(…) dos 490 mil euros que se (…) em 2016, 50% desse valor (…) foram originados por membros dos órgãos eleitos e 35% pelo Bastonário e Conselho Diretivo. Ora, se olharmos para 2021, (...), dos 124 mil euros que temos de deslocações e estadas, (...) a cargo ou motivados pelo Conselho Diretivo temos apenas 11%”*. E, continuou, *“por todos os órgãos sociais temos apenas 16%. Isto é revelador do que eu queria efetivamente destacar. Na altura, concluí que, (...) era reprovável”*. Acrescentando ainda que *“(…) as demonstrações financeiras que íamos votar (...) espelhavam a realidade. Já na altura, do ponto de vista técnico, estavam bem. E era reprovável, eram as realidades, muitas delas indignas, que as contas espelhavam”*.



Terminando a sua intervenção salientou que, cinco anos volvidos, e decorrido um primeiro mandato verifica-se que, tecnicamente, as contas estão ainda melhores e não têm efetivamente reporte de situações indignas, o que manifesta uma grande evolução.

“Continuamos nesse caminho”, finalizou. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Nabo, este começou por cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, a Sra. Bastonária e demais membros dos órgãos sociais. De imediato, salientou que pretendia dar relevância mais ao conteúdo do que aos números. De facto, o que mudou, neste último tempo, disse o Sr. Representante, foi a alteração do paradigma. O contabilista certificado tem hoje um papel diferente, mais relevante na sociedade do que tinha antes. Isso é reflexo das ações que foram realizadas por este Conselho Diretivo e por esta Bastonária, através de uma superação contínua, destacou o Sr. Representante. E continuou sublinhando que, este mandato, refletido neste Relatório e Contas, foi um mandato modelo. Chamou ainda à atenção para o reforço da nossa posição internacional e, citamos *“Eu tenho sido sempre uma pessoa que tem olhado um pouco lá para fora”* e continuando *“reforçámos essa posição, o que é bom. Temos ainda um caminho a percorrer”*. Continuou a sua intervenção questionando como foi possível à Ordem alcançar este patamar. Respondendo à questão afirmou que, em primeiro lugar, através de uma empatia muito grande que a Sra. Bastonária e o Conselho Diretivo conseguiram, ao colocar-se perante os problemas como se fossem seus e, em segundo lugar, através de um diálogo notável e uma perseverança, tanto a nível das empresas; como da sociedade civil; como, principalmente, junto do poder político. Mesmo quando as dificuldades foram grandes, nunca, nunca se desistiu, o que é, de facto, notável. Isto revelou liderança, destacou. Terminou a sua intervenção deixando no ar uma pergunta: *“É a oportunidade que faz o líder ou é o líder que cria a sua própria oportunidade?”* --

Apesar de não ter existido qualquer interpelação direta, e antes de se passar à votação, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sra. Bastonária, para encerrar esta matéria, lembrando que os tempos previstos já estavam largamente ultrapassados. -----

No uso da palavra a Sra. Bastonária garantiu que o processo foi difícil, foi o resultado de muito trabalho, mas que foi bem-sucedido. Agradeceu os elogios dos colegas, mostrou-se orgulhosa das contas e da evolução dos contabilistas que, hoje, disse, têm um posicionamento diferente na sociedade. Toda esta conjugação de esforços valeu a pena, realçou. Continuando concordou com o Sr. Representante Rui Ferreira ao afirmar que, atualmente, os profissionais da contabilidade são cada vez mais mulheres e mencionou



que o ideal seria que nos próximos anos a situação ficasse nivelada. Quanto às palavras do Sr. Representante António Nabo, e relativamente à posição internacional, tal será sempre uma prioridade e referiu, como exemplo, a notória proximidade da OCC ao IFAC, sendo a intervenção da Ordem ouvida em todos os organismos internacionais em que está presente. Em relação ao exposto pelo colega Paulo Marques, a Sra. Bastonária esclareceu que, apesar do valor que nas contas está adstrito à publicidade, tal montante nunca foi para pagar qualquer publicidade alusiva à instituição, pois, a Ordem não paga para ser notícia, mas é, sim, inerente a publicações institucionais obrigatórias. Como último comentário, a Sra. Bastonária aludiu que num dos processos judiciais que, em 2021, estava em curso já tinha havido decisão judicial e que a mesma, contra todas as previsões, foi desfavorável à Ordem, no entanto, esta decisão só chegou ao conhecimento da OCC um dia após a aprovação de contas e estas autorizadas para emissão, pelo Conselho Diretivo, motivo pelo que esse facto não se encontra refletido no Relatório e Contas de 2021. Lembrou que já se fez alusão a esse processo noutras assembleias e, esclarecendo o que estava em causa, acrescentou que, em 2018, quando a direção tomou posse, foram processados determinados valores que os então órgãos sociais cessantes deveriam receber no final do seu mandato, de acordo com uma ata do Conselho Diretivo que havia deliberado sobre esse assunto, correspondendo esses valores a dois meses e cinco dias da atividade prestada, até ao dia 5 de março, incluindo os proporcionais correspondentes ao 13.º e 14.º mês até essa data. A ação foi intentada junto do Tribunal do Trabalho, que se declarou incompetente, porque, no seu entender, os órgãos sociais não se deveriam equiparar a trabalhadores, uma vez que, naquele processo, eram reclamados direitos a férias e subsídios de férias nos termos previstos pelo Código do Trabalho para os trabalhadores dependentes. Assim sendo, o Tribunal do Trabalho remeteu o processo para o Tribunal Cível competente, tendo a decisão, em primeira instância, sido favorável à Ordem. Os autores recorreram para o Tribunal da Relação que, desta feita, este julgou o recurso procedente. Adiantou a Sra. Bastonária que, a Ordem pretende divulgar no seu site de Internet a situação daqueles processos, para que todos os membros possam ter conhecimento da razão de existirem, na presente data, estas contas. Esta decisão do Tribunal da Relação abre precedentes, revelou a Sra. Bastonária, *“que não gostaria que fossem abertos na nossa instituição, porque isto vem permitir determinados abusos e equiparações que, na minha opinião, não são aceitáveis, portanto, esta direção agiu sempre na defesa dos interesses da instituição”*, sendo certo que o que estava em causa,

essencialmente, não era o valor material, cerca de 50 mil euros, mas sim moral. Tal quantia não foi considerada nas contas, nem constituída sequer qualquer provisão, reiterou a Sra. Bastonária, pelo quão improvável era tal desfecho. Continuou informando ainda que, após a decisão do Tribunal da Relação, a Ordem recorreu para o Supremo Tribunal de Justiça que, liminarmente, negou provimento ao recurso em virtude de uma questão processual, os valores em causa, mensurados individualmente, não permitiam apreciação pelo Supremo Tribunal, pelo que, a Ordem se obrigou a pagar aos autores os montantes por si peticionados em sede judicial, o que sucedeu no dia 17 de fevereiro, estando, naquela data, as contas saldadas. A Ordem, repetiu a Sra. Bastonária, só teve conhecimento do Acórdão do Tribunal no dia seguinte à aprovação e autorização para emissão das demonstrações financeiras pelo Conselho Diretivo, motivo pelo que aquele valor, ou a sua divulgação, não constava das mesmas, referindo ainda que o mesmo não era materialmente relevante. A Sra. Bastonária aludiu ainda que, lamentava terem sido abertos precedentes desta natureza, garantindo que enquanto estivesse à frente da instituição tal precedente não existiria, porque o dinheiro tem de ser gerido ao serviço da instituição, reforçando que a Ordem perdeu a ação e todos os contabilistas perderam, mas moralmente ganhou com as contas apresentadas, com rigor e dedicação, nestes quatro anos. Concluiu a sua intervenção agradecendo, mais uma vez, as palavras simpáticas que foram proferidas pelos colegas. -----

De imediato, o Sr. Presidente da MAR colocou à votação do Relatório e Contas do exercício de 2021, constante do **ponto 2** (dois) da **ordem do dia**. Realizada a votação, o Sr. Presidente da MAR comunicou à Assembleia que, participaram na votação, presentes e representados, 83 Representantes, tendo o Relatório e Contas do exercício de 2021 sido aprovado, por maioria, com a seguinte votação: -----

80 (oitenta) votos a favor (75 presenciais e 5 à distância); -----

3 (três) abstenções (1 presencial e 2 à distância). -----

Encerrado o ponto 2 da ordem do dia, o Sr. Presidente da MAR interrompeu a reunião, para almoço, eram 13h18m. Os trabalhos foram retomados às 15h08m. -----

Reiniciada a sessão, o Sr. Presidente da MAR, deu de imediato início ao **ponto 3** (três) da **ordem do dia**, *eleição da comissão de fixação de remunerações dos titulares dos órgãos sociais para o mandato 2022/2025*, e questionou se algum dos Srs. Representantes pretendia apresentar uma lista. O Sr. Representante Manuel Gonçalves apresentou à MAR uma lista, cuja composição o Sr. Presidente da MAR passou a ler: Presidente, Manuel

Gonçalves, CC 29 982; vice-Presidente, José Alberto Brito Pereira, CC 30 768; primeiro vogal, Maria do Carmo Alves dos Santos Pão Alvo, CC 17 901; segundo vogal, António de Jesus Nunes, CC 18 487; primeiro suplente, Maria Helena Fernandes Lopes, CC 30 763 e segundo suplente, Carlos Manuel Boavida Ferreira, CC 9019. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Manuel Gonçalves, o mesmo iniciou a seu comunicado apresentando os cumprimentos ao Sr. Presidente da MAR e aos restantes membros da Mesa, ao Conselho Diretivo, na pessoa da Sra. Bastonária ao Conselho Jurisdicional e restantes membros, ao Conselho Fiscal e restantes membros e aos demais colegas presentes, por via telemática e na plateia. Seguidamente, disse (citamos): *“Como sabem, eu represento a comissão do mandato anterior e pelo espírito que tenho de conservador, decidi apresentar novamente uma lista onde incluía os representantes possíveis da comissão anterior e, naturalmente, aqueles que não foi possível, tivemos que os substituir. Da parte da manhã ouvimos elogios às contas e eu também sou um daqueles que elogio bastante as contas que foi possível fazer ao longo do último mandato. Mas também queria deixar aqui uma palavra de agradecimento e apreço a toda a comissão, mesmo aos colegas que não puderam ficar nesta comissão porque também eles, como nós, contribuímos para que as contas tivessem o resultado que tiveram. Sei que a gestão depende do Conselho Diretivo, mas a nossa influência também acho que foi crucial. E posto isto, eu queria só hoje agradecer o vosso voto de confiança, se é que o merecemos e garantir-vos que iremos manter o mesmo rigor e lealdade aos interesses da instituição. Era isso que eu queria dizer.”* -----

Não tendo sido apresentada qualquer outra lista candidata àquela Comissão, o Sr. Presidente da MAR informou que, iria proceder-se de imediato à votação, neste caso, seria feita através do depósito do boletim de voto em urna, para o que seriam chamados, um a um, todos os Srs. Representantes presentes em sala e, relativamente, a quem participava por meios telemáticos, esse direito seria exercido na plataforma, sendo os resultados enviados à MAR, sem identificação dos votantes e do sentido de voto de cada um. -----

O Sr. Vice-Presidente da MAR, procedeu à chamada, um a um, por ordem alfabética, dos Srs. Representantes a participar presencialmente e dos que estes representavam. Tendo-se assegurado que todos já tinham exercido o seu direito de voto, o Sr. Vice-Presidente da MAR, informou que seria de imediato aberta a urna e procedida à contagem dos votos, tarefa que foi supervisionada pelo Sr. Presidente da MAR. -----

Procedida à contagem dos votos, o Sr. Presidente da MAR, comunicou à Assembleia que, participaram na votação, presentes e representados, 83 Srs. Representantes, tendo o a lista designada por “Lista A”, única lista que foi apresentada, para o exercício das funções da *Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais para o mandato 2022-2025*, sido eleita, por maioria, com a seguinte votação: -----

79 (setenta e nove) votos a favor (74 presenciais e 5 à distância); -----
4 (quatro) abstenções (2 presenciais e 2 à distância). -----

O Sr. Presidente da MAR informou que estava eleita a Comissão de Fixação de Remunerações dos Órgãos Sociais para o mandato 2022/2025 e passou ao **ponto 4** (quatro) da **ordem do dia**, *apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2022*, cedendo de imediato a palavra à Sra. Bastonária, apelando à sua capacidade de síntese. -----

No uso da palavra, a Sra. Bastonária comunicou que o início deste mandato está recheado de projetos e (citamos) “*o início do ano é sempre muito complicado para começar a escolher projetos, a defini-los, e depois a pô-los em prática e a dependência da aprovação deste plano de atividades*”. Continuando, referiu que, o vetor estratégico para 2022 não difere muito daquilo que se verificou nos últimos quatro anos: Ordem dos membros, para os membros e com os membros. Essa base de serviço e de proximidade, continuará a ser o que nos distingue e será sempre aquilo que ficará como marca destes dois mandatos, reforçou a Sra. Bastonária. O contabilista certificado vai ter de se ajustar e passar por algumas transformações, garantiu. Impõe-se a reinvenção do contabilista certificado, que implicará uma proximidade maior às organizações, para que a informação financeira seja diferente na forma como é prestada e que corresponda mais às necessidades do cliente, referindo ainda a importância da informação não financeira. É necessário um contabilista que se posicione de forma diferente na sociedade, afirmou a Sra. Bastonária, com a maior firmeza e rigor e que terá de ser exigente para com os seus clientes, para com a Ordem, para com a sociedade em geral, porque esta é uma profissão de interesse público. Informou que um projeto, que crê irá estar findo até setembro, por ocasião do Congresso, é o novo site da Ordem, com uma App associada que vai permitir num em qualquer telemóvel ou *iPad*, consultar muito mais facilmente o site. Já o livro da contabilidade, iniciado em 2021, será terminado, informou a Sra. Bastonária, em 2022, que mais não será do que um verdadeiro manual, produzido pela Ordem e por um conjunto de pessoas empenhadas nesse projeto. Esclareceu que, a publicação desse livro



demorou mais do que o expectável, no entanto, a qualidade na sua elaboração sobrepôs-se aos prazos, sendo intenção da OCC distribuir este livro fisicamente a todos os contabilistas, para que, seja um ótimo instrumento de consulta para todos. Continuando, sublinhou que a Ordem pretende também avançar com a certificação de qualidade, consubstanciada num processo, já iniciado, que vai ter várias fases e, adiantou que, já tem uma comissão que, em virtude das contingências da pandemia, ainda não tomou posse do ponto de vista oficial, mas já está a trabalhar. Está a ser elaborado um manual de procedimentos, que, em primeiro lugar, será implementado obrigatoriamente em todos os gabinetes de contabilidade, prevendo-se também uma formação em contexto de trabalho, numa perspetiva pedagógica e propósito de mudar mentalidades e formas de trabalho dos contabilistas certificados, importante para a valorização total da profissão. Ainda sobre este assunto, acrescentou que, só após a implementação se passará à avaliação e à certificação em si, e passará pela análise no âmbito daquilo que são as competências da Ordem como entidade reguladora, na verificação dos procedimentos e do trabalho dos contabilistas certificados. Considerou a Sra. Bastonária que vai ser um processo de sucesso, vai mudar substancialmente mentalidades e a forma de estar na profissão e levar o profissional ao patamar seguinte. No âmbito deste projeto, esclareceu ainda que, os próprios escritórios de contabilidade também poderão aderir, voluntariamente, à certificação de qualidade. -----

Continuou informando que, ainda no ano de 2022, realizar-se-á o congresso dos contabilistas certificados, cujo tema será a sustentabilidade, versando especialmente sobre preocupações ambientais, sociais e de *governance* e, no fundo, como é que os contabilistas certificados podem interferir junto das entidades para a melhoria e fiabilidade da informação. Relembrou a, já atual, preocupação pelo relato não financeiro, à semelhança do que acontece na Ordem, matéria que está a ser trabalhada com o IFAC. Lembrou que, até à data, tais relatos são executados pelos gestores das empresas, sem qualquer validação de uma entidade independente e idónea, como é o caso dos contabilistas certificados e dos auditores, e que é exatamente essa validação que se pretende e entende como necessária. Deseja-se que o congresso mude mentalidades, através das diferentes experiências de ações sociais e ambientais, disse. A Sra. Bastonária realçou também que, estava em marcha outro grande projeto, que também se pretende lançar na ocasião do congresso, será uma plataforma de formação em *streaming*, que designou por “*nosso Netflix*”, que se pretende pioneira, explicando que se trata de uma



plataforma onde as formações à distância estejam disponíveis e se possa optar por visualizar a que se pretende naquele momento, mas que seja ainda mais abrangente, possa incluir vídeos, tutoriais, etc., sobre diversas matérias, este projeto, além de um grande investimento informático, acrescentou a Sra. bastonária, obrigará também a um grande investimento dos recursos humanos da Ordem na elaboração dos conteúdos, para que, em setembro, tudo esteja pronto. Por último, a Sra. Bastonária referiu-se a outro projeto que, no seu entender, se preocupa com os contabilistas, mas que lhe chamam um projeto muito arrojado e, continuando, disse que, no ano de 2020 realizou-se o referendo sobre as “Casas CC”, do Porto e de Lisboa, uma ideia que inicialmente do ponto de vista social era fantástica, mas na verdade com pouca viabilidade e, através daquele referendo, 75% dos contabilistas concordou em alterar o destino dos fundos alocados a este projeto. Não querendo esta direção deixar à margem os projetos sociais conjecturou-se o que é que os contabilistas mais necessitariam. Referiu que neste âmbito e no seu entender, o seguro de saúde de todos os contabilistas certificados não é o seguro com a abrangência que se gostaria, cobre cirurgias e internamentos até cinquenta mil euros e cinco consultas de especialidade. Para quem não tem acesso a qualquer outro seguro, é razoável, mas obviamente que há valências que são muito importantes para os contabilistas e que não estão ali incluídas. Para compensar e facilitar a vida aos contabilistas, aplicando uma parte do valor que seria injetado para as “Casas CC”, adiantou a Sra. Bastonária, pensou-se num projeto que vai levar à criação, ainda durante o ano corrente, de clínicas de saúde para os profissionais da contabilidade, de forma faseada, primeiro em Lisboa; Porto; Coimbra; Faro e Braga, sempre com o objetivo de ter uma abrangência geral, para os restantes distritos, se for bem-sucedido. Primeiramente, esclareceu, pretende abranger-se áreas que são de mais difícil acesso, abrangência geral, de valor elevado ou que não estão cobertas por nenhum seguro, em regra, a saber: estomatologia; psicologia e nutrição. Continuando a sua exposição, adiantou que, se trata também um projeto social, transversal a todos os contabilistas certificados e que, apenas só ficarão prejudicados, no início, os colegas das ilhas, porque terão uma deslocação mais complicada, no entanto, deseja-se, reiterou, uma abrangência total. Mais destacou que, estas clínicas de saúde para os contabilistas terão umas características especiais, direcionadas para as necessidades concretas dos profissionais, isto é, designadamente, em termos de horários. Vão ser feitas à medida daquilo que os contabilistas precisam. Mais adiantou que, foram realizados estudos de viabilidade, todavia só quando se concretizar é que se poderá conhecer a



procura destes serviços, pese embora tudo indique que será um sucesso. Mais disse a Sra. Bastonária que, esses serviços irão funcionar nas delegações da Ordem e, consequentemente, será também uma forma de aproximar os contabilistas à instituição. Com isto, referiu, existem cinco grandes projetos para o ano de 2022. Do ponto de vista legislativo e na relação com a AT, procurar-se-ão sempre as melhores condições de trabalho para os contabilistas certificados e quanto a *férias fiscais* pretende-se a inclusão da segurança social com a consequente suspensão das obrigações durante o mês de agosto, destacou a Sra. Bastonária. Continuou referindo ainda que, planeia-se a diminuição ou fusão algumas obrigações fiscais; a separação do relatório único e a eliminação de alguns dos seus anexos; a junção da DRI com a DMR, sendo emitidas as respetivas guias, automaticamente, uma para a segurança social e outra para o pagamento das retenções na fonte, sem ser necessário a submissão de duas declarações; estando também prevista a inclusão dos fundos de compensação na DRI. Estão, pois, muitos processos em curso e quando estiverem todos concretizados implicarão provavelmente alterações informáticas, mas significarão muito na vida dos contabilistas certificados. A Ordem, prometeu, não deixará se trabalhar em conjunto com a Segurança Social, tendo a Sra. Ministra assegurado, lembrou a Sra. Bastonária, na reunião livre em que participou, que estão a ser preparadas alterações que se perspetivam como boas soluções para o trabalho dos contabilistas e que conduzirão a maior produtividade, a par de diversas matérias que estarão sempre e em permanente discussão, negociação e diálogo com o Governo. A Sra. bastonária continuou a sua apresentação acrescentando que, para concretizar todos os projetos apresentados é preciso um orçamento, e este estava a ser apresentado e referindo-se agora a valores, destacou que, na demonstração provisional de resultados por natureza, não se verificava um aumento muito significativo em relação ao que foi o orçamento para 2021, no entanto, em relação ao realizado já se constatava um incremento significativo, que se prendia, essencialmente, com o aumento da formação e dos rendimentos daí resultantes, bem como se previa um rendimento significativo nos “outros rendimentos”, estes relacionado com as mais-valias que se esperam obter com a venda de dois imóveis da OCC, o imóvel da Avenida Gago Coutinho, anteriormente adstrito à “Casa CC” pelas razões já conhecidas e no seguimentos das razões do referendo e do imóvel da Avenida 24 de julho, que não é utilizado pelos serviços da OCC, está arrendado, cujo rendimento é canalizado para o fundo de pensões dos contabilistas certificados, com a renda de, aproximadamente, 168 mil euros por ano, no entanto,



informou a Sra. Bastonária, seria necessário a curto prazo realizar obras de manutenção e reparação nesse edifício, designadamente, no telhado, pelo que, foi ponderado se seria viável custear as obras de valor significativo, num edifício que não está a ser usado diretamente para os serviços, e a opção do Conselho Diretivo foi colocar esse imóvel à venda, gerar com ele rendimento, para se poder investir em mais serviços para os contabilistas certificados. Assim, é aquele o único valor que, de facto, destoa do que é regra, são os 4 milhões, 330 mil euros, que influenciam aquele item de “outros rendimentos”, na maior parte, pela mais-valia que será gerada com a venda desses imóveis, num orçamento que evidencia um total de rendimentos, expetável, de 22 milhões, 407 mil euros, superior ao que é, efetivamente, cerca de 18 milhões, o orçamento normal da Ordem dos Contabilistas Certificados. Em relação ao TOConline, está evidenciado no orçamento, para 2022, um aumento relativamente pequeno, de 166 mil euros. O grande impacto será, de facto, a alienação dos imóveis que vai gerar a tal mais-valia, reitero a Sra. Bastonária. -----

Referindo-se a seguir aos gastos orçados, confirmou que há, obviamente, um aumento, este resultante dos investimentos e dos projetos a realizar, com um ónus acrescido associado ao congresso, mas que considera que o congresso será sempre um *investimento* e não um gasto. Continuou referindo que o orçamento em apreço previa um total de gastos, para o ano de 2022, de 20 milhões, 464 mil euros. Continuou alegando que, neste plano anual de investimentos, constata-se, sem dúvida, um início de mandato com avultados investimentos, possíveis precisamente, também, com a alienação daqueles imóveis. Destacou as obras na delegação de Viana do Castelo, no montante de cerca de 150 mil euros; 2 milhões de euros de obras previstos nas instalações do Porto, um edifício que está a dar muitos problemas do ponto de vista da sua construção obrigando a uma grande intervenção e ainda, para além disso, será essencial adaptar o espaço para uma melhor utilização. Além disso, acrescentou, a Ordem pretende também mudar a delegação de Braga, por se entender que o espaço atualmente disponível não tem dignidade, nem capacidade, para acolher os colegas de Braga, que são aqueles que participam, presencialmente, em maior número nas reuniões livres, por exemplo. Na procura de soluções, depararam-se dificuldades em encontrar espaços amplos para arrendar em Braga, informou a Sra. Bastonária, acrescentando que é necessário arranjar novas instalações em Braga, e as condições para tal seriam conseguidas, precisamente, com a venda das outras, porque, para se obterem as condições que correspondam à exigência e



à necessidade dos contabilistas de Braga, a estimativa de custos rondaria um milhão de euros. Acrescentou que, estão também orçamentados outros gastos, mais reduzidos, em concreto, 111 mil euros para aquisição equipamento informático, trata-se, disse, de um custo permanente, porque todos os anos é preciso reestruturar muito, mas aqui, esclareceu, está também incluído o site, a App e a plataforma de *streaming*. Para as clínicas médicas, informou a Sra. Bastonária, a previsão é de 200 mil euros de investimento e mais 300 mil que constam noutra rubrica. Está igualmente incluída neste orçamento a aquisição de 4 viaturas para a Ordem, porque se privilegia que os colaboradores da ordem, nas suas deslocações, utilizem viaturas da instituição e as que atualmente se estão a utilizar, disse a Sra. Bastonária, têm 20 anos, o que já causa alguns constrangimentos e são necessários veículos mais fiáveis. Ainda do ponto de vista do orçamento, e quanto à autonomia financeira e solvabilidade, a Sra. Bastonária referiu que, poderão existir algumas preocupações, com tantos gastos, com tantas necessidades e com o próprio equilíbrio do orçamento, mas, mesmo assim, o que prevemos para o final do ano é que a autonomia financeira suba para 72,6% e a solvabilidade para 2,64, pelo que, garantiu a Sra. Bastonária *“estamos tranquilos em relação a estes investimentos”*. A política de redução dos financiamentos é para continuar sendo certo que, nenhum dos investimentos propostos no orçamento, assegurou, seria feito com recurso a financiamento, *“ou temos dinheiro, ou se vendem aqueles imóveis, ou a política desta direção é não recorrer a financiamentos, capitais próprios ou resultantes das vendas”*. Terminou a sua exposição agradecendo a todos (citamos): *“a vossa paciência para estar aqui a ouvir-me, agradeço a colaboração futura do Conselho Fiscal, dos colaboradores da ordem, do Conselho Jurisdicional, da Assembleia de Representativa, para concretizarmos todos estes projetos com sucesso e com a garantia de que eles servem os interesses dos contabilistas certificados, esse é sempre o nosso objetivo, se o caminho não for este rapidamente o mudaremos, o nosso objetivo é sempre o mesmo, servir mais e melhor.”* -----

Dada a palavra, novamente, ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal, este referenciou que o Conselho Fiscal não tinha como competência estatutária emitir pareceres sobre o plano de atividades e orçamento, mas tem sido usual fazê-lo, por solicitação do Conselho Diretivo. Continuando disse (citamos) *“é isso que estamos a fazer neste momento. O Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e dois, é um documento também extenso, tem cerca de 109 páginas, descreve de uma forma clara, objetiva e detalhada,*

as atividades que estão previstas, programadas, para o ano de 2022, assente em 3 vetores estratégicos, que foram apresentados pela Sra. Bastonária, e que representam 148 medidas e projetos que serão levados a cabo para o concretizar. Naturalmente, tratando-se de um plano, haverá medidas, projetos, iniciativas, que poderão não se realizar e, por outro lado, haverá certamente outras medidas e outros projetos que poderão surgir ao longo do ano em função também da conjuntura que estivermos a viver. Todas estas atividades, estes planos, estas estratégias, culminaram com a elaboração de demonstrações financeiras previsionais, tratando-se de previsões não é fácil acertar em todas elas, de qualquer forma, não deixa o Conselho Diretivo e muito bem de apresentar um balanço previsional, uma demonstração de resultados por natureza previsional, uma demonstração de fluxos de caixa previsional, baseada num orçamento de tesouraria, também ele previsional, numa base mensal, onde se mostra que os valores acabam por estar agarrados e bem resumidos depois nas demonstrações financeiras. Dizer-vos que também é importante que todas estas medidas, estes projetos, salvaguardem os mesmos princípios que abordei aquando do Relatório e Contas, a sustentabilidade financeira da ordem e para que a ordem continue o seu caminho e a sua missão. Por isso, coube ao Conselho Fiscal fazer um trabalho tendo por base uma norma de auditoria que é a ISAE 3400, que tem basicamente como objetivo verificar a consistência dos pressupostos que foram tidos em consideração pelo Conselho Diretivo para chegar a estes números, tendo por base as atividades previstas e também fazer indagações, questões, ao Conselho Diretivo, relativamente à informação que foi divulgada. Com base neste trabalho que foi realizado, na nossa opinião, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que estes pressupostos não se vão materializar. De qualquer forma, como disse, e repito, não conseguimos ter uma capacidade preditiva ao ponto de dizer que tudo vai correr como a gente está à espera, portanto, existe sempre esta possibilidade de haver variações, ocorrerem variações que até podem ser materialmente relevantes, é natural que assim seja. De qualquer forma este exercício que é o plano de atividades e orçamento, que foi feito pelo Conselho Diretivo, o Conselho Fiscal dá um parecer favorável à AR para que ele seja aprovado nas condições em que foi apresentado pela Sra. Bastonária. Por último, agradeço mais uma vez ao Conselho Diretivo, aos serviços da ordem, pela colaboração prestada no exercício da verificação e na emissão deste parecer que acabo de vos transmitir”. -----



Imediatamente, o Sr. Presidente da MAR questionou se algum dos Srs. Representantes pretendia usar da palavra, tecer algumas considerações ou solicitar esclarecimentos à Sra. Bastonária sobre este ponto da Ordem do Dia. -----

Inscreveram-se, para se pronunciarem, os Srs. Representantes Vítor Lino Soares Martins, CC 24253, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Pedro Nuno Bastos Lima, CC 43050, do Círculo Eleitoral de Aveiro; Nelson Alexandre Ferreira, CC 27265, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Fernando Emanuel Pimenta Girão, CC 85572, do Círculo Eleitoral de Coimbra; Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro, CC 12253, do Círculo Eleitoral dos Açores, António Cerejo Moreira Caseiro, CC 280, do Círculo Eleitoral de Leiria e Maria Teresa Eva das Neves, CC 19591, do Círculo Eleitoral de Lisboa. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Vítor Martins, e ainda a propósito das contas, o mesmo saudou que se tenha abandonado a contabilidade criativa, em que até se omitiam amortizações para não dar resultado negativo. Está mais que provado, sublinhou, que o rumo da Ordem é diferente, agora está muito mais ao serviço dos membros. No que respeita ao plano de atividades e orçamento, e apesar de não concordar com tudo o que está aí plasmado, manifestou a sua aprovação, desde logo, relativamente ao mesmo e, reforçou, pois, que discordava apenas num ponto, o investimento nas clínicas, tendo salientado que o assunto deveria ser discutido entre os membros. Isto porque, no seu entender, é perceptível que salas de estomatologia com 200 mil euros, bem como a despesa com honorários médicos, que ascenderá a de cerca de 300 mil euros, será apenas para Lisboa, Porto, Coimbra, Faro e Braga. Seria interessante saber quanto custariam os honorários médicos e os investimentos para todas as delegações, pois, só assim se conheceria se, na realidade, o valor para essa implementação será comportável para a Ordem. Recordou que sempre votou desfavoravelmente em relação às “Casas TOC” e que, na presente data, não é a favor da implementação das clínicas, pela mesma razão, uma vez que, serão todos a pagar por um serviço apenas para alguns, pese embora se diga que o projeto é abrangente, demonstrando ter grandes dúvidas que tal seja possível. Mais, adiantou que suspeitava que, a partir do momento em que estivessem abertas as cinco clínicas, e que todos já estivessem servidos, mesmo a mais de cem ou duzentos quilómetros, não seria necessário implementar mais clínicas. Este assunto, no seu entender, não deveria ser tratado no Plano de Atividades e Orçamento, deveria ter sido convocada uma AR, tal como foi feito para as “Casas TOC”, além do mais, se as clínicas forem implementadas, de facto, em todas as delegações, tal implicará, eventualmente, que



outros Conselhos Diretivos se vejam obrigados a seguir decisões do presente, já que, embora o investimento inicial possa não ser considerável, os gastos anuais serão permanentes, para todas as delegações e com um peso significativo, ou até incomportável, no orçamento da Ordem. De qualquer forma, e terminando a sua intervenção, declarou que ficou perfeitamente descansado com as palavras da Sra. Bastonária ao afirmar que, *“se o caminho não for este, rapidamente o mudaremos”*.-----

Dada a palavra ao Sr. Representante Pedro Lima, iniciou a sua exposição com uma citação da página número cinco do Plano de Atividades: *“sucesso nasce do querer, do trabalho persistente, do empenho constante, de união, de espírito de equipa, da motivação altruísta e alegria para se alcançar o objetivo traçado, por mais ambiciosos que sejam os objetivos, com a atitude correta conseguimos alcançar os nossos sonhos”*, acrescentando a capacidade de contágio que o Conselho Diretivo teve e tem deste querer, a todos os contabilistas certificados. *“Hoje somos mais fortes; mais dignificados; mais valorizados; mais formados e informados; mais qualificados; mais confiantes; mais especialistas e rigorosos na informação que prestamos aos nossos clientes e empresários”*, exclamou. Quanto ao Plano de Atividades propriamente dito, constatou com agrado a atenção e preocupação do Conselho Diretivo em ouvir as preocupações dos contabilistas certificados e tornar esses pedidos em ações interventivas, quer junto do poder político, quer na sua gestão diária, das quais destacou: alterar o normativo referente à liquidação do pagamento por conta de IRC, fazendo com que o aviso quantificado do pagamento a efetuar e data limite do respetivo pagamento seja emitido pela AT; reforçar o enquadramento jurídico das férias, em que seja possível incluir as obrigações relacionadas com a Segurança Social e os fundos de compensação; manter um esforço permanente de melhoramento do calendário fiscal, eliminando sobreposições de prazos fiscais e/ou declarativos; dar continuidade à simplificação dos processos declarativos, eliminando obrigações redundantes; terminar o processo da declaração unificada, que visa a fusão da DMR com a DRI, recolhendo-se toda a informação a partir de uma única declaração, completa e mensal, a entregar junto da Segurança Social, que partilhará a informação com a AT; a eliminação, ou simplificação, de algumas obrigações fiscais e parafiscais, como o Modelo 10, o Anexo L, Anexo Q e do relatório único; e, por fim, a abertura de um espaço dedicado ao serviço médico nas áreas de estomatologia, psicologia, nutrição, de acesso exclusivo aos contabilistas certificados. E no que respeita às clínicas, afirmou que, compreendia a posição assumida pelo Sr. Representante Vítor Martins, e

acreditava que se este projeto não funcionar a Ordem rapidamente o cancelará. Alertou ainda para o facto de considerar que muitos colegas não perceberam o alcance da Lei n.º 7 de 2021, reconhecendo como preocupante a repetição do tema nas reuniões livres, uma vez que os que não querem ouvir vão continuar a não ouvir e outros podem abusar dos mecanismos previstos na Lei, ao ponto de a mesma poder vir a ser revogada. Ao findar o seu discurso, realçou que a sua expectativa em relação ao congresso deste ano é muito alta, até pelo tema proposto, a sustentabilidade e a profissão e o seu crescimento futuro e declarou que votava completamente a favor do plano apresentado. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Nelson Ferreira, saudou todos os colegas. Afirmou que pretendia apenas deixar uma nota referente ao Relatório e Contas, em concreto, ao relato financeiro que, em termos de terminologia, está a terminar, pois será substituído pelo relato de sustentabilidade, o que vem, desde logo, reforçar o tema do congresso. Concomitantemente, reiterou que (citamos) *“estas são as contas prestadas por contabilistas, portanto, todos os olhos de outras associações que prestam contas, por exemplo, neste normativo de entidades não lucrativas, estão à espera da aprovação destas contas; todos os contabilistas que estão associados também a essas entidades; os órgãos diretivos, estão à espera destas contas e nós não defraudamos, é mesmo um excelente trabalho.”* Já quanto ao Plano de Atividades e Orçamento, a ideia do orçamento participativo é para continuar, a de especialização dos contabilistas, esse é o caminho, são necessários contabilistas especialistas, o mostrar a profissão à sociedade civil é importante; a certificação de qualidade e o guia procedimental é fundamental; a formação dos empresários; a perspectiva de se criarem pós-graduações em contabilidade e fiscalidade, associadas quiçá à sustentabilidade; formação para a superação; a App; o formato *podcast*, a possibilidade de ouvir alguns dos temas que vêm, por exemplo, na *newsletter*, sendo conversados, sendo debatidos, depois ficam gravados, com possibilidade de, em qualquer altura, se poder descarregar e ouvir, é uma das situações da atualidade, isso significa que a ordem continua atual, continua relevante, clamou. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Fernando Girão, e após cumprimentar todos os colegas, a Sra. Bastonária, o Sr. Presidente da Mesa, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e demais membros, mencionou que pretendia fazer referência a dois pontos do plano de atividades, sendo um deles relativo às ações que estão previstas para ajudar os contabilistas a calcular os honorários e o outro era a possibilidade de a Ordem conseguir colocar as entidades oficiais, nomeadamente, a

Segurança Social e a Autoridade Tributária, a comunicar para a simplificação dos processos declarativos, relativamente ao processamento de salários. Ao finalizar a sua exposição, requereu à Sra. Bastonária que explicasse um pouco a estrutura de custos que está prevista no orçamento, nomeadamente, a existência de alguns custos de carácter extraordinário e também como é que eles se vão balancear com alguns rendimentos, nomeadamente, também de carácter extraordinário que estão previstos. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Emanuel Cordeiro, este cumprimentou novamente todos os presentes e, desde logo, afirmou que era com enorme gosto que via a continuidade deste orçamento realizado, com uma componente de investimento bastante salutar. Em relação às clínicas, e tendo em conta que os Açores é composto por nove ilhas e existem apenas três hospitais, não é preocupante não ficar implementada uma clínica numa das ilhas, pois, apanhando um meio de transporte seria possível ser recebido numa clínica de uma maneira especial, porque será uma clínica que está ligada aos contabilistas, por isso, é um investimento aplaudido e que deverá ter sucesso. Aproveitou, igualmente, o uso da palavra para requerer à Sra. Bastonária que, no próximo orçamento, fosse pensada a criação de uma representação (citamos): *“na Ilha Terceira nós gostaríamos de ter uma representação. Mesmo que seja pequena seria importante, porque a mudança de contabilistas ou geracional - e sabemos e a ordem tem esses dados relativamente a todos os nossos colegas -, já têm alguma idade e daqui a alguns anos serão outros. E nós temos que os ligar aos mais novos, à nossa realidade.”* Quanto ao orçamento, quando se tem disponibilidade para investir, através das quotas, da formação e de outros rendimentos extraordinários, é um sinal positivo e de saúde. É preciso caminhar, conseguir novos desempenhos, para que todos os contabilistas estejam mais perto da Ordem, sublinhou o Sr. Representante. Relembrou que, em setembro realizar-se-á o congresso, uma iniciativa bastante arrojada, com o intuito de ganhar um folgo enorme para galgar outros caminhos que são necessários na profissão e até trazer à sociedade civil uma nova mentalidade de como o contabilista certificado é elemento essencial na economia do nosso país e do mundo. Ultimou com uma palavra de alento em relação à tesouraria da Ordem, pois (citamos) *“terminámos com cerca de dois milhões e quatrocentos mil de disponibilidade, antes eram dois milhões cento e oitenta e cinco, e vamos terminar, se tudo correr bem, vai correr se calhar ainda melhor até, com três milhões e setenta e quatro. Isto merece um aplauso da minha parte e também da Isabel, minha colega, Representante dos Açores. E, portanto, o que nós desejamos é aprovar este orçamento e que o Conselho Diretivo, a*



Sra. Bastonária e todos as pessoas envolvidas da nossa casa, todos os trabalhadores, que ajudem no cumprimento deste orçamento, que tenha o total sucesso”.-----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Caseiro, defendeu que, devia trazer para a AR as preocupações de quem em si havia votado, após consulta dessas mesmas pessoas, e dirigindo-se à Sra. Bastonária informou que, cerca de cinquenta colegas com quem tinha conversado, desejavam saudá-la pelo Relatório e Contas e que (citamos) “*ficaram admirados e dizem que vão utilizá-lo para fazerem principalmente nalgumas IPSS, parte, utilizando parte daquela informação, para colocar-nos deles.*” Saudou também pela simplificação na informação a enviar para as entidades oficiais; na captação de jovens para a profissão, alertou para o envelhecimento dos profissionais e para situações de concorrência pouco leais entre os contabilistas certificados e, antes de concluir, deixou ainda um pedido (citamos): “*No que diz respeito a Leiria, inadequação das instalações, pedem-me umas instalações novas, deixo aqui o pedido.*” Terminou afirmando que era a favor do plano de atividades.-----

Dada a palavra à Sra. Representante Teresa Eva, a mesma enumerou uns quantos tópicos que considerou fantásticos, como o site; o livro da contabilidade; a certificação de qualidade; o manual de procedimentos, que é essencial para a própria certificação de qualidade; o congresso sobre a sustentabilidade e a plataforma *streaming*. Já quanto às clínicas, realçou que se deparou com algumas dúvidas, principalmente, na área da odontologia, pois, tudo leva a crer que o orçamento seja muito reduzido. Outra preocupação que demonstrou (citamos): “*é em relação ao imóvel da 24 de julho. Acho que não tendo havido um referendo como o da Gago Coutinho, nem sequer ter havido um ponto de discussão numa AR pelo menos, acho que este assunto da venda da 24 de Julho teria que ser mais discutido, teria que ser mais debatido, teríamos que avaliar a posição dos colegas, eu penso que há aqui, no meu entendimento, uma falta de observação do que é que os colegas querem em relação a isto, porque estamos a mexer numa área muito sensível que é o fundo de pensões, que, daquilo que eu sei, muito colegas tinham uma expectativa muito grande que neste plano tivéssemos a reformulação do fundo de pensões. Um projeto para o fundo de pensões. O que é que íamos fazer com o fundo de pensões, como é que íamos pensar um fundo de pensões diferente, de maneira a que todos os membros pudessem aderir e melhorá-lo, e acho que estamos aqui a perder já uma parte dele. Pronto, em relação ao da Gago Coutinho, de facto, houve um referendo, não posso, não há nada a dizer, se bem que a mim custa-me pessoalmente que*



a finalidade dos fundos vão para obras e para instalações, quando eram fundos dedicados à área da casa CC, que para mim é um tema muito caro, compreendo que ainda não temos o modelo, ainda não chegámos ao modelo sustentável, mas que podíamos trabalhar nesse aspeto e conseguir, até talvez integrando aqui nas clínicas e noutra tipo de serviço aos membros, formação e tudo, criar um polo onde já abrangesse uma parte de apoio aos colegas que vão deixando a atividade. Para já é tudo.” -----

De imediato foi dada a palavra à Sra. Bastonária para tecer as suas considerações e prestar os devidos esclarecimentos. -----

Iniciou afirmando que, os colegas levantaram questões, que considerou pertinentes, quanto ao Plano de Atividades, que considerava arrojado, desafiante e traz preocupações na sua concretização, mas a Ordem quer sempre mais e melhor. “*E caminhar para a frente é sempre o nosso lema, ainda que com os riscos calculados*”, salientou. Em relação às inquietações do Sr. Representante Vítor Martins, as mesmas, disse, tinham razão de ser, mas às vezes há que tomar decisões e avançar com projetos e aquele projeto iria ser transversal, porque a Ordem quer que assim o seja. Quanto à psicologia e à nutrição, esclareceu que, são áreas que, sem prejuízo das necessárias consultas presenciais, também se podem efetuar consultas à distância. Tudo se iria conciliar para chegar a todos colegas. Referindo-se ao investimento, esclareceu que, não será realizado todo em 2022, será progressivo, o projeto iria iniciar-se para o final do ano, começando por Lisboa, Porto e, talvez, Faro, por isso, o custo previsto para 2022, provavelmente não iria sequer ser atingido. Continuou, esclarecendo que, a Ordem considerou que um lar não seria viável financeiramente e avaliou o que poderia fazer, ou contribuir, para que os membros pudessem chegar a uma idade mais avançada com melhor qualidade de vida, com uma melhor forma de estar ou com uma melhor saúde mental, daí a ponderação nas três áreas: uma que tem mais a ver com questões físicas, até quase estéticas, a estomatologia; a nutrição, por razões de saúde futura, prevenção, e a psicologia que é fundamental nos dias de hoje. Continuou a Sra. Bastonária, lembrando que, durante a pandemia, os contabilistas viveram a pressão da própria pandemia e do trabalho, conduzindo a um abalo muito grande no equilíbrio psicológico, requerendo-se, em muitas situações, o necessário acompanhamento. Não é por acaso que nasceu este projeto, afirmou a Sra. Bastonária, acrescentando que o propósito era melhorar a vida dos contabilistas na sua velhice e minimizar problemas de saúde. Continuando (citamos): “*É que este investimento neste projeto vem resolver se calhar muitas das necessidades e dos problemas, para a qual o*

fundo de pensões seria necessário e para a qual o seguro melhor de saúde seria necessário e até uma casa de CC, permitindo que o contabilista certificado tenha uma melhor vida e seja mais saudável, no futuro quando atingir uma idade mais avançada.”

Talvez estivesse ali tranquilizada a preocupação da colega Teresa Eva em relação ao fundo de pensões e a venda da 24 de julho, argumentou. Este é o objetivo macro, admitiu. Adiantou que, olhando para as questões sociais da Ordem, fundo de pensões, seguro de saúde e o apoio também do fundo de solidariedade, na prática, estas clínicas virão atuar na base de todas essas temáticas. Quanto ao fundo de pensões, a Sra. Bastonária confessou que *“é um buraco para pormos lá dinheiro”* e exemplificou: se a Ordem aplicasse naquela data três milhões de euros no fundo de pensões, a dividir pelos setenta e um mil membros, concederia quarenta e dois euros a cada contabilista certificado, quantia que é atribuída de uma só vez, não é, por isso, frisou, uma pensão para o resto da vida, como poderia parecer à primeira vista. Quando os contabilistas, na ocasião da reforma, pretendem levantar o seu fundo, é que se apercebem que o fundo não tem rentabilidade e ficam muito desiludidos. O fundo, continuou a esclarecer a Sra. bastonária, apenas terá alguma importância e rentabilidade para quem fizer depósitos individuais, com a quantia entregue pela Ordem a contribuir para aumentar um pouco a valorização, mas sem grande relevância ou retorno para os contabilistas, principalmente, reiterou, para quem não fizer qualquer contribuição individual. Assim, disse, a questão que se colocou foi: o que é que podia ser feito para melhorar a saúde dos contabilistas? O fundo de pensões seria importante, mas para quem queira fazer contribuições individuais, mas visto na perspetiva geral não seriam relevantes as contribuições que a Ordem efetuasse todos os anos e acrescentou que para o ano de 2022 não estava conjecturada nenhuma verba com destino ao fundo de pensões, mas que, no entanto, a Ordem prevê depositar um valor equivalente às rendas da 24 de julho, caso se verifique vantajoso. Continuou a sua intervenção referindo-se ao referendo no que respeitava à venda do imóvel da Avenida 24 de Julho, questão levantada pela Sra. Representante Teresa Eva, e sobre este assunto a Sra. Bastonária foi perentória, manifestando a sua discordância em relação à opinião da Sra. Representante, esclarecendo que, a venda dos imóveis da Ordem, constitui-se como atividades e decisões correntes, deliberadas no âmbito da gestão da instituição e os referendos existem para assuntos importante, tendo sido feito para o imóvel da Avenida da Gago Coutinho, porque aquele tinha associado o projeto da casa CC, mais acrescentou que, quanto às outras decisões, as mesmas estavam vertidas no plano e serão aprovadas



ou não por todos os Srs. Representantes, todavia, não justificavam a consulta através de referendo a todos os membros, até porque, rematou, isso não seria um bom precedente. Relativamente ao pagamento por conta, referido pelo colega Pedro Lima, a Sra. Bastonária informou que, estava a tentar-se junto da AT a implementação, a partir de setembro, da notificação para essa obrigação, pois, tratava-se de matéria de relevância que concorreu de forma desmesurada para o agravamento do seguro de responsabilidade civil. Referiu-se a seguir à Lei n.º 7 de 2021, considerando essencial o seu acompanhamento, tanto assim que, está agendada uma formação sobre o tema, ela tem de ser bem aplicada para não gerar abusos como os que se verificavam, mas o propósito da mesma é mesmo corrigir situações. Continuou os seus esclarecimentos, dizendo que, a Ordem ao avançar com o processo de certificação de qualidade; com o manual de procedimentos; com a implementação em todos os gabinetes, será visível uma melhoria substancial da qualidade do trabalho dos contabilistas certificados e, consequentemente, na verificação do acompanhamento da Lei n.º 7 de 2021. Quanto ao congresso, acrescentou que, a Ordem tudo fará, dentro do espírito de missão, para ser o melhor congresso de sempre. Acrescentou ainda a Sra. Bastonária que, o colega Nelson Ferreira partilhou muitas matérias que não tinha destacado e uma série delas importantes. Referiu o relato de sustentabilidade e quanto a este a tendência é a mudança do nome, mas é mais fácil, e ainda é mais conhecido, por relato não financeiro. Afirmou também que, a obrigatoriedade de formação para empresários, foi sempre algo que tem sido sempre presente nos planos da OCC e que se espera que se venha agora a concretizar. Também que, as pós-graduações que se pretendem iniciar é outro dos grandes projetos para 2023, data em a Ordem quer ter uma quase academia de pós-graduações dentro da instituição, em conjunto com os estabelecimentos de ensino, que apresentem as melhores pós-graduações do país. As formações em *podcast* também têm tido um sucesso enorme, cada vez mais ouvidas, e é um formato em que a Ordem quer apostar. Respondendo ao colega Fernando Girão, que fez referência às ações para ajudar os contabilistas, nomeadamente, quanto ao melhorar os honorários, a Sra. bastonária afirmou que, esse é o maior desafio porque implica mudar mentalidades e a Ordem acredita que a certificação de qualidade irá ajudar, realçando que no plano de atividades em discussão tudo era convergente, estava tudo elaborado a pensar na mesma finalidade. Acrescentou também que, o manual de procedimentos terá uma orientação de honorários, um rumo para se saber onde se ganha e onde se perde, para efeitos da própria gestão de cada um. Quanto à



sustentabilidade das contas, mencionado por diversos colegas, não há dúvida que quando se elabora um orçamento provisional, uma estimativa, executa-se tendo em conta as melhores expectativas, adiantou a Sra. Bastonária, mas existem condicionantes, contingências que podem influenciar as receitas ou custos extraordinários. Existe *uma almofada financeira* de dois milhões, referindo-se aos meios financeiros líquidos disponíveis à data, pelo que, por exemplo, sublinhou, as clínicas não dependerão da venda dos imóveis, mas que as obras no Porto já dependiam dessas vendas. Serão essas receitas extraordinárias que contribuirão para os custos extraordinários e os investimentos extraordinários que a Ordem realizará, destacou. De uma forma ou de outra, reiterou, no orçamento tem de ser tudo muito equilibrado. A seguir lembrou que, o Sr. Representante Emanuel Cordeiro havia focado um ponto fundamental, a saúde que é o bem mais precioso e sem ela não é possível gerir bem o trabalho, sem ela não se tem qualidade de vida, acrescentando sobre este assunto que, a partir de 2023, a Ordem tenciona criar o conceito de “médico CC”, para cada contabilista, com o intuito de que aquele possa acompanhar e aconselhar cada um dos membros. Ideias não faltam à Ordem, exclamou a Sra. Bastonária, sempre com o pensamento no bem-estar e na melhoria de vida dos contabilistas certificados e, conseqüentemente, em tudo o que é o exercício da profissão, porque a saúde e a qualidade de vida, claramente condicionam a prestação de trabalho do contabilista certificado e, portanto, tudo isto terá de estar interligado. Como nota final, concordou que, a captação de jovens é necessária; que, a delegação da ilha Terceira está pensada, lembrou que já constava no programa de candidatura, mas não se sabe se será concretizada no corrente ano; que a preocupação com a concorrência desleal é constante e que, é preciso mudar a remuneração da profissão, também para esta captar os jovens. - De imediato, e tendo em consideração que ninguém mais manifestou a sua intenção de intervir, o Sr. Presidente da MAR informou que se iria proceder às votações, solicitando aos colegas que estavam a participar telematicamente para, nesse momento, acederem ao e-mail que tinham recebido e votarem, e informou que iria, também e de imediato, decorrer a votação em sala. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da MAR, colocou à votação o **ponto 4** (quatro) da **ordem do dia**, *Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2022*. -----

O Sr. Presidente da MAR comunicou à Assembleia que, participaram na votação, presentes e representados, 83 Representantes, tendo o Relatório e Contas do exercício de 2021 sido aprovado, por maioria, com a seguinte votação: -----

- **Votos contra: 0 (zero).** -----

-**Abstenções: 2 (dois); Presenciais: 0 (zero); à distância: 2 (dois).** -----

-**Votos a favor: 81 (oitenta e um); Presenciais: 76; (setenta e seis); à distância: 5 (cinco).**

Posteriormente, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sra. Secretária da MAR, Isabel Ramalho, para proceder à leitura da minuta da ata, a qual, após ocorrer a respetiva votação, foi aprovada **por unanimidade** dos presentes. -----

O Sr. Presidente da MAR, dando por terminada a Ordem de Trabalhos, agradeceu a todos os colegas presentes e deu por encerrada a sessão, eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos. -----

